

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 1.004^a

Sessão de 24/11/2020

1 1.004^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte quatro dias do mês de
2 novembro de dois mil e vinte, às quatorze horas e trinta minutos, reúne-se,
3 excepcionalmente, através do sistema *Google Meet* de videoconferência, em
4 virtude das tratativas de combate à COVID-19, o Conselho Universitário, sob a
5 presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan e com o
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Alex Cavalieri Carciofi,
7 Aline Vicente Cavanus, Amanda Caroline Harumy Oliveira, Ana Lucia Duarte
8 Lanna, Ana Luiza da Conceição Tenório, Ana Maria Loffredo, Ana Paula Araújo
9 Alves da Silveira, André Carlos Busanelli de Aquino, André Carlos Ponce de
10 Leon Ferreira de Carvalho, André Lucirton Costa, Andre Vitor Singer, Antonio
11 Carlos Hernandez, Bárbara Della Torre, Brasilina Passarelli, Bruno Caramelli,
12 Caetano Juliani, Camilo Zufelato, Carlos Alberto Montanari, Carlos Alberto
13 Moreira dos Santos, Carlos Ferreira dos Santos, Carlos Gilberto Carlotti Junior,
14 Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto, Carlos Eduardo Ambrosio,
15 Carmen Simone Grilo Diniz, Carmino Antonio de Souza, Carolina Felix da Silva,
16 Cristiano Addario de Abreu, Cristiano Roque Antunes Barreira, Cristina Maria
17 Galvão, Daniel Freitas Porto, Denis Vinicius Coury, Diana Gonçalves Vidal,
18 Durval Dourado Neto, Edmund Chada Baracat, Edson Cezar Wendland,
19 Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva, Elisabete Maria Macedo Viegas,
20 Emanuel Carrilho, Eny lochevet Segal Floh, Fabiana de Sant'Anna Evangelista,
21 Fabio Frezatti, Flávia Marques Ferrari, Floriano Peixoto de Azevedo Marques
22 Neto, Gabriela Cristina Cavalcante, Geraldo Duarte, Giulio Gavini, Guilherme
23 dos Reis Pereira Janson, Heleno Taveira Torres, Humberto Gomes Ferraz,
24 Ianni Regia Scarcelli, Jairo Kenupp Bastos, Janina Onuki, Jean-Claude
25 Eduardo Silberfeld, Luis Carlos de Souza Ferreira, João Marcos de Almeida
26 Lopes, José Antonio Visintin, José Soares Ferreira Neto, Joubert José Lancha,
27 Juliana Barbosa de Souza Godoy, Julio Cerca Serrão, Junior Barrera, Léa
28 Assed Bezerra da Silva, Leticia Lé Oliveira, Liedi Légi Bariani Bernucci, Luis
29 Eduardo Aranha Camargo, Luiz Agostinho Ferreira, Luiz Henrique Catalani,
30 Maisa de Souza Ribeiro, Manfredo Harri Tabacniks, Manoel Marcilio Sanches,
31 Marcelo Knorich Zuffo, Marcelo Mulato, Marcelo Papoti, Marcia Caruso Bicego,
32 Marcos Garcia Neira, Marcos Kaue Ferreira de Queiroz, Marcos Silveira
33 Buckeridge, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, Maria Cristina
34 Ferreira de Oliveira, Maria Dolores Montoya Diaz, Maria Helena Palucci

35 Marziale, Maria Laura Souza Mesquita, Marinilce Fagundes dos Santos, Mário
36 César Scheffer, Marly Augusto Cardoso, Miguel Parente Dias, Mônica Sanches
37 Yassuda, Osvaldo de Freitas, Paolo Di Mascio, Paulo Antonio Dantas de
38 Blasis, Paulo Martins, Paulo Nelson Filho, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari,
39 Pedro Henrique Pacheco, Pedro Leite da Silva Dias, Pietro Ciancaglini, Raquel
40 Rolnik, Regina Marcia Cardoso de Sousa, Regina Szyllit, Reinaldo Santos de
41 Souza, Renato de Figueiredo Jardim, Renato Paes de Almeida, Rodney Garcia
42 Rocha, Rodrigo do Tocantins Calado de Saloma Rodrigues, Rosangela Itri, Rui
43 Alberto Ferriani, Sandra Helena Poliselli Farsky, Sergio Muniz Oliva Filho, Silvio
44 Silverio da Silva, Sylvio Roberto Accioly Canuto, Tarcisio Eloy Pessoa de
45 Barros Filho, Ronaldo Severo Ramos, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Vanderlei
46 Salvador Bagnato, Vânia Ferreira Gomes Dias e Viviane Felintro de Souza.
47 Presente, também, o Prof. Dr. Pedro Vitoriano de Oliveira, Secretário Geral.
48 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
49 respectivos suplentes, os Conselheiros: Marcílio Alves, Hamilton Brandão
50 Varela de Albuquerque, Carmen Sílvia Fávoro Trindade, Osvaldo Yoshimi
51 Tanaka, Sérgio de Albuquerque, Antenor Cerello Júnior, Monica Herman Salem
52 Caggiano, Danny Dalberson de Oliveira, Leoberto Costa Tavares, Tirso de
53 Salles Meirelles e Vivian Helena Pellizari. Justificaram, ainda, suas ausências
54 os Conselheiros: Antonio Carlos Teixeira Alvares, Dimas Covas e Rafael
55 Dangelo Marcondes Severi. Havendo número legal de Conselheiros, o **M.**
56 **Reitor** declara aberta a Sessão do Conselho Universitário da Universidade de
57 São Paulo. **M. Reitor**: “Boa tarde a todas e a todos. Tivemos alguns problemas
58 de informática, mas, felizmente, estamos aqui com a alta cúpula da STI nos
59 ajudando a resolver os problemas. Antes de mais nada, o meu muito obrigado.
60 É a terceira reunião seguida que não fazemos presencialmente, lamento muito,
61 pois me sinto incomodado de não poder ver a todas e a todos, poder dar um
62 abraço, sentir as reações de vocês, é de fato muito complicado fazer uma
63 reunião dessa forma, no entanto, infelizmente, não temos outra opção e temos
64 de trabalhar assim. Certamente, a próxima reunião do Conselho Universitário,
65 daqui a três semanas, e que decidirá o orçamento da Universidade de São
66 Paulo para o ano de 2021, também será feita remotamente. Gostaria de passar
67 diretamente ao Expediente, com a análise da milésima terceira reunião do
68 Conselho Universitário.” A seguir, o **M. Reitor** passa ao **EXPEDIENTE**,

69 colocando em discussão e votação a Ata da 1.003ª Sessão do Conselho
70 Universitário, realizada em 15.09.2020. **M. Reitor:** “Para a apuração desta
71 primeira parte do Expediente, saliento que a votação poderá ser feita pelo chat,
72 manifestando-se aqueles que não são favoráveis ou querem abster-se.
73 Ademais, qualquer mudança que seja de conteúdo e não de forma, poderá ser
74 feita posteriormente comunicando-se ao Professor Pedro Vitoriano, Secretário
75 Geral.” Não havendo manifestações contrárias, a Ata é aprovada. Em seguida,
76 o Secretário Geral faz a apresentação dos novos membros do Conselho
77 Universitário. **Secretário Geral:** **Diretores:** Prof. Dr. Humberto Gomes Ferraz,
78 da Faculdade de Ciências Farmacêuticas; Prof. Dr. Paulo Martins, da
79 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. **Representantes de**
80 **Congregações:** Prof.ª Dr.ª Regina Marcia Cardoso de Sousa, da Escola de
81 Enfermagem; Prof. Dr. Denis Vinicius Coury, da Escola de Engenharia de São
82 Carlos (recondução); Prof.ª Dr.ª Maria Dolores Montoya Diaz, da Faculdade de
83 Economia, Administração e Contabilidade (recondução); Prof. Dr. Giulio Gavini,
84 da Faculdade de Odontologia (recondução); Prof.ª Dr.ª Rosangela Itri, do
85 Instituto de Física. **Representante dos Museus:** Prof. Dr. Paulo Antonio Dantas
86 de Blasis (MAE); **Servidores Técnicos e Administrativos:** Sr.ª Vânia Ferreira
87 Gomes Dias (EE). **M. Reitor:** “Desejo boas vindas aos novos membros.” Ato
88 contínuo, o **M. Reitor** passa ao item 3: **Eleição de um membro docente para**
89 **compor a Congregação da Escola de Engenharia de Lorena, tendo em vista o**
90 **término do mandato do Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim, nos termos do**
91 **artigo 1º das Disposições Transitórias do Regimento da EEL.** **M. Reitor:**
92 “Informo que o Professor Renato Jardim foi, inclusive, Diretor da Escola de
93 Engenharia de Lorena e, considerando o fim de seu mandato, teremos que
94 fazer uma outra indicação, pergunto se alguém tem alguma sugestão.” **Cons.ª**
95 **Liedi Légi Bariani Bernucci:** “Gostaria de fazer a indicação de um Professor
96 da Escola Politécnica, que é o Professor Douglas Gouvêa, hoje Professor
97 Titular e chefe do Departamento de Engenharia Metalúrgica e de Materiais.
98 Lerei brevemente sobre ele: ‘Químico formado pela UNESP, fez mestrado em
99 Físico-Química também pela UNESP, doutorado pela Universidade Federal de
100 São Carlos na área de Materiais – em Química, mas na área de Materiais –, fez
101 pós-doutorado na USP e, a partir daí, houve uma vaga e ele entrou no
102 Departamento, depois fez pós-doutorado na França, em Lille, depois fez a

103 Livre-docência na Poli e, novamente, um pós-doutorado recentemente na
104 Universidade da Califórnia. É uma pessoa muito bem informada e grande
105 conhecedor da área de Materiais; é pesquisador 1-D do CNPq e trabalha na
106 área de Materiais Cerâmicos, síntese de materiais cerâmicos, sinterização e
107 estabilidade e transições de fase em óxidos manométricos. É uma pessoa hoje,
108 também, com prática de gestão departamental, um Departamento cuja nota no
109 programa de pós-graduação é 7, portanto um bom programa e creio que
110 poderá cooperar muito com a Escola de Engenharia de Lorena nessa área de
111 Materiais, e nas áreas em geral, em virtude de sua trajetória de sucesso,
112 podendo, creio, colaborar muito. Gostaria de só fazer ainda uma menção sobre
113 o Professor Douglas, pois ele cooperou muito nessa época de combate à
114 COVID-19, participou como voluntário em uma pesquisa muito grande para
115 fazer travesseiros e almofadas para que as pessoas fiquem pronadas quando
116 estão sendo tratadas nos hospitais e assim tenha menos problemas físicos
117 após esse tratamento. Ele fez esse tratamento de forma voluntária, que
118 envolveu doações para o HC, então é uma pessoa bastante proativa, não
119 apenas na parte de pesquisa – pois é um grande pesquisador –, mas também
120 na parte de extensão – pois é um grande gestor e exerce suas atividades com
121 muito afinco. Então, gostaria de sugerir o nome do Professor Douglas Gouvêa
122 para poder cooperar na Congregação da Escola de Engenharia de Lorena.” **M.**
123 **Reitor:** “Muito obrigado Professora Liedi, pergunto se mais alguém quer fazer o
124 uso da palavra ou dar sugestões.” Não havendo manifestações nesse sentido,
125 o **M. Reitor** passa ao item 4: Eleição de um membro docente para compor o
126 Conselho Editorial da EDUSP, tendo em vista o término do mandato da Prof.^a
127 Dr.^a Maria Angela Faggin Pereira Leite, nos termos do inciso 2º do artigo 4º do
128 Regimento da EDUSP. Eleição de três membros docentes suplentes para
129 compôr o Conselho Editorial da EDUSP, tendo em vista o término dos
130 mandatos, nos termos do § 4º do artigo 4º do Regimento da EDUSP. **M.**
131 **Reitor:** “Quero esclarecer que a votação será feita ao final, pois os votos
132 secretos serão computados uma única vez pelo *Helios Voting*, então
133 passaremos ao Conselho Editorial da Editora da USP, tendo em vista o término
134 do mandato da Professora Maria Angela Faggin Pereira Leite que pode,
135 inclusive, ser reconduzida. Além disso, será necessária a eleição de três
136 membros suplentes. Lembro, ainda, que o Conselho Universitário pode

137 escolher três titulares e mas hoje apenas um, pois o mandato da Professora
138 Maria Angela Faggin Pereira Leite se encerra. O outros dois membros titulares
139 são: o Professor Carlos Roberto Ferreira Brandão e Professor Clodoaldo Grotta
140 Ragazzo, da Matemática. Como suplentes nós temos o Professor José Roberto
141 Castilho Piqueira, a Professora Marta Maria Geraldês Teixeira e a Professora
142 Sandra Reimão. Reforço que os suplentes também podem ser reconduzidos,
143 mas o Professor Piqueira solicitou que não fosse reconduzido. Temos,
144 portanto, uma representante titular que pode ser reconduzida e outros dois
145 representantes suplentes que também podem ter a recondução indicada.”

146 **Cons.^a Ana Lucia Duarte Lanna:** “Gostaria de indicar o nome da Professora
147 Maria Angela Faggin Pereira Leite para a recondução no Conselho Editorial da
148 EDUSP, essa é a primeira recondução dela, a Professora foi Diretora da FAU e
149 terminou seu mandato em 2018. Tem uma trajetória de gestão importante no
150 âmbito da Universidade, seja como Diretora da FAU e Diretora do IEB, mas,
151 também, participando de diversas comissões com diversas entradas no âmbito
152 da gestão universitária. Ela também tem uma formação acadêmica bastante
153 plural e transdisciplinar, lidando com temas que vão da Arquitetura, Urbanismo,
154 Paisagismo, com aporte da Geografia, na qual estudou com o Prof. Milton
155 Santos. Nos seus temas de pesquisa e na forma de encarar as questões, ela
156 tem uma perspectiva transdisciplinar que auxilia muito o entendimento, não
157 apenas das publicações, mas a formatação de linhas editoriais e da presença
158 acadêmica da EDUSP no âmbito da difusão e transmissão de conhecimento.
159 Ela tem interesse em permanecer e teve um papel importante nessa hora que a
160 EDUSP está sendo reconfigurada. Acho que seria um ganho para a
161 Universidade a permanência dela e, nesse sentido, faço esse encaminhamento
162 para a recondução e estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.”

163 **M. Reitor:** “Muito obrigado Professora Ana Lanna, agradeço a indicação.”

164 **Cons.^a Marly Augusto Cardoso:** “Boa tarde a todas e todos, também gostaria
165 de fazer uma indicação para uma das vagas de suplência da EDUSP. Gostaria
166 de indicar o nome da Professora Primavera Borelli Garcia, Professora Titular da
167 Faculdade de Ciências Farmacêuticas. A Professora Primavera encerrou
168 recentemente sua gestão como Diretora da Faculdade de Ciências
169 Farmacêuticas, ela tem uma grande experiência como coordenadora da
170 Unidade, tem uma grande experiência como coordenadora de programas de

171 pós-graduação, da câmara de formação profissional, da Pró-Reitora de Cultura
172 e Extensão da USP, atuando, também, como coordenadora da Comissão de
173 Avaliação Docente da área de Farmácia, entre outras atividades de
174 coordenação. Concluiu uma excelente gestão, segundo as opiniões de toda a
175 comunidade de docentes da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, creio que é
176 uma pessoa com uma bela trajetória de dedicação à Universidade e,
177 particularmente, com relação ao ensino, ela recebeu, em 2013, o Prêmio de
178 Excelência no Ensino de Graduação da Pró-Reitoria de Graduação da USP. A
179 Professora Borelli possui mais de 100 artigos científicos publicados em
180 periódicos de circulação internacional, um livro publicado com coautoria e
181 vários capítulos de livros, entre outros eventos, como apresentação de
182 trabalhos em anais de congressos e outros eventos científicos. Creio que a
183 Professora Primavera reúne uma experiência do Ensino e de Pesquisa na
184 Universidade com dedicação ao longo de toda a sua trajetória acadêmica na
185 USP e gostaria, então, de fazer a indicação da Professora Primavera Borelli
186 Garcia como suplente para o Conselho da EDUSP.” **Cons. Luis Carlos de**
187 **Souza Ferreira**: “Venho ratificar o nome da Professora Marta Maria Galdes
188 Teixeira. Ela é Professora do ICB, já atuou nessa gestão da EDUSP como
189 suplente e expressa disponibilidade e interesse em continuar desempenhando
190 esse papel. Ela tem não apenas a experiência acadêmica como pesquisadora
191 de destaque com mais de 150 publicações na área de Parasitologia, mas
192 também tem uma inserção importante na parte administrativa na USP, não
193 apenas na EDUSP, mas também na CERT. Portanto, é essa a proposta, ela
194 como suplente tem trabalhado de uma maneira integrada com os membros
195 titulares da Comissão e gostaria de permanecer, caso seja essa a vontade do
196 Conselho Universitário.” A seguir, a Conselheira Maisa de Souza Ribeiro,
197 previamente inscrita, abre mão de sua manifestação. **Cons. Marcelo Mulato**:
198 “Gostaria de fazer uma indicação para contribuir com o processo também.
199 Minha indicação é da Professora Maria Helena Palucci Marziale, a Professora é
200 Titular e Diretora da nossa Escola de Enfermagem do *campus* de Ribeirão
201 Preto. Ela é presidente do Conselho Diretor da Revista Latino-americana de
202 Enfermagem, a qual é QUALIS A-1; é presidente do Centro de Editoração da
203 Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto que agrega a Editora da Unidade; é
204 coordenadora da coleção de revistas da Unidade REV@ENF, coleção de

205 revistas de Enfermagem SciELO; Grupo diretivo do Centro Colaborador da
206 Organização Panamericana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da
207 Saúde (OMS); é membro do Comitê de Avaliação de Periódicos LILACS Brasil,
208 membro do Comitê Internacional de *avaliación de revistas de enfermería de la*
209 *Biblioteca Virtual de Salud*. Acho que ela tem bastante experiência para ajudar
210 na EDUSP, além disso é pesquisadora nível 1A do CNPq, líder de grupo de
211 pesquisa e professora credenciada de Programa de Pós-graduação de nível 7
212 no Programa de Enfermagem Fundamental. Agradeço a oportunidade e deixo o
213 registro da indicação, muito obrigado.” Ato contínuo, o **M. Reitor** pergunta ao
214 Conselheiro Marcelo Mulato se a referida indicação é para a posição de
215 suplência ou de titular, ao que o referido Conselheiro manifesta seu
216 entendimento de que caberia aos membros do Conselho Universitário essa
217 escolha. **M. Reitor**: “Na verdade os suplentes do Conselho da EDUSP
218 participam ativamente das reuniões, eles são suplentes apenas no nome, mas
219 precisaríamos saber, pois a eleição é dividida entre titulares e suplentes.” Ato
220 contínuo, o Conselheiro Marcelo Mulato informa que, portanto, prefere indicar a
221 Prof.^a Dr.^a Maria Helena Palucci Marziale como membro suplente para que,
222 possa, se eleita, iniciar seu período de colaborações, preservando-se, ainda, a
223 continuidade dos membros ora eleitos. A seguir, o M. Reitor confirma com a
224 Conselheira Marly Augusto Cardoso se a indicação da Prof.^a Dr.^a Primavera
225 Borelli Garcia também é para a posição de suplência, ao que a referida
226 conselheira manifesta-se afirmativamente. **Cons.^a Mônica Sanches Yassuda**:
227 “Gostaria de apoiar o nome da Professora Sandra Reimão, que é Professora
228 Associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Ela já atua como
229 suplente do Conselho e me parece que ela é bastante envolvida com a
230 temática, visto que investiga a história do livro no Brasil, o mercado editorial
231 brasileiro, interfaces de livros com outras mídias e censura aos livros. Ela é
232 bolsista produtividade em pesquisa do CNPq nível 1D e é formada em
233 Filosofia. Então, fica também a sugestão da permanência da Professora como
234 suplente. Muito obrigada.” Ato seguinte, o Secretário Geral questiona aos
235 membros do Colegiado se há quaisquer outras indicações a serem feitas, não
236 havendo manifestações nesse sentido, o **M. Reitor**, pede que o Secretário
237 Geral siga com as orientações acerca da dinâmica de votação pelo sistema
238 *Helios Voting*. **Secretário Geral**: “Esclareço que a orientação é a seguinte: o

239 item 3, que é a eleição do representante da Congregação da EEL e essas
240 indicações de membros do Conselho Editorial da EDUSP são votos fechados,
241 portanto, nesse momento, estamos preparando uma cédula no *Helios Voting* e,
242 nessa mesma mensagem, nós vamos encaminhar as duas votações. A
243 primeira, refere-se ao item 3 e a outra ao item 4. Então as senhoras e os
244 senhores receberão um e-mail do *Helios Voting*, como de costume, no qual
245 encontrarão no corpo do e-mail seu número USP com um código específico
246 para votação. É com base nesse código que vamos processar a votação que é
247 secreta. Havendo quaisquer dúvidas, solicitamos que não se manifestem pelo
248 chat, mas pelo e-mail 'sgco@usp.com.br' ou através do WhatsApp da
249 Secretaria Geral que é: +55 11 3091.3414. No momento em que dispararmos o
250 e-mail, daremos um aviso para que procurem em suas caixas de entrada, muito
251 obrigado." Apurados os votos, pelo sistema *Helios Voting*, obtêm-se o seguinte
252 resultado: Congregação da Escola de Engenharia de Lorena: Prof. Dr. Douglas
253 Gouvêa = 86 votos; Brancos = 0 votos; e Nulos = 4 votos. É eleito o Prof. Dr.
254 Douglas Gouvêa para compor a Congregação da Escola de Engenharia de
255 Lorena. Representante Titular para o Conselho Editorial da EDUSP: Prof.^a Dr.^a
256 Maria Angela Faggin Pereira Leite = 84 votos; Brancos = 0 votos; Nulos = 6
257 votos. É eleita a Prof.^a Dr.^a Maria Angela Faggin Pereira Leite para compor o
258 Conselho Editorial da EDUSP como membro Titular. Três Representantes
259 Suplentes para o Conselho Editorial da EDUSP: Prof.^a Dr.^a Primavera Borelli
260 Garcia = 57 votos; Prof.^a Dr.^a Sandra Reimão = 57 votos; Prof.^a Dr.^a Marta
261 Maria Galdes Teixeira = 50 votos; Prof.^a Dr.^a Maria Helena Palucci Marziale =
262 48 votos; Brancos = 58 votos; Nulos = 0 votos. São eleitas a Prof.^a Dr.^a Marta
263 Maria Galdes Teixeira; Prof.^a Dr.^a Primavera Borelli Garcia; e Prof.^a Dr.^a
264 Sandra Reimão para compor o Conselho Editorial da EDUSP como membros
265 Suplentes. A seguir, o **M. Reitor** passa ao item 5. Manifestação do Conselho
266 Universitário da USP a respeito do Projeto de Lei 627/20. **M. Reitor**: "Trata-se
267 de uma manifestação do Conselho Universitário da USP a respeito do Projeto
268 de Lei 627/20. Apenas para lembrar, esse Projeto de Lei, que está em
269 discussão na Assembleia Legislativa é, na verdade, o Projeto de Lei do
270 orçamento de 2021, e nesse Projeto de Lei, apesar de não haver uma
271 intromissão maior nas Universidades Estaduais Paulistas, existe a previsão de
272 um corte nos recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São

273 Paulo. Há grande comoção de nossa Academia, pois é um corte substancial,
274 algo em torno de 30% do orçamento da FAPESP para o ano que vem, o que
275 significa 30% a menos de recursos que a USP receberá da FAPESP. Várias
276 Congregações fizeram as suas manifestações, várias Congregações se
277 preocuparam e a Prof.^a Ana Lanna fez a gentileza de preparar um texto
278 tentando externar as preocupações que os diversos colegiados da USP
279 tiveram, esse texto que foi disponibilizado a todos é um trabalho da Professora
280 Ana Lanna de compilação, de redesenho e de adaptação, talvez a própria
281 Professora possa se manifestar.” **Cons.^a Ana Lucia Duarte Lanna:** “Acho que
282 foi um esforço de reunir contribuições importantes e defesas contundentes em
283 relação à manutenção do orçamento da FAPESP, que é um orçamento
284 garantido institucionalmente e, enfim, a elaboração dessa moção procura
285 reforçar e se associar a essas manifestações. Penso que se houver
286 concordância, eu poderia ler o texto, é um texto pequeno e, como está no título,
287 é uma proposta sujeita a quaisquer contribuições, que serão sempre bem
288 vindas.” Ato contínuo, o **M. Reitor** solicita a leitura da manifestação. **Cons.^a**
289 **Ana Lucia Duarte Lanna:** “Proposta de moção sobre FAPESP. Criada pela
290 Lei orgânica 5918, em outubro de 1960, a FAPESP integra um conjunto de
291 iniciativas pioneiras e inovadoras que, desde meados do século XX, vem
292 contribuindo para transformar o estado de São Paulo em referência nacional e
293 internacional nos mais diversos campos da ciência e da educação. Desde
294 1947, quando foi constitucionalmente prevista a criação da FAPESP, garantiu-
295 se a ela orçamento próprio, originário da receita tributária do estado. Em 1989,
296 no período da redemocratização, o estado de São Paulo reafirmou seu
297 compromisso com o desenvolvimento da ciência e fortaleceu as possibilidades
298 de financiamento à pesquisa, ampliando o orçamento da FAPESP para 1% da
299 receita tributária do estado, conforme previsto no artigo 271 da constituição
300 estadual. A afirmação da centralidade da pesquisa e da geração do
301 conhecimento caracterizou todas as administrações paulistas nos últimos 80
302 anos. As consequências são amplamente conhecidas. A produção científica do
303 estado de São Paulo é reconhecida nacional e internacionalmente. Projetos
304 pioneiros e de grande impacto são desenvolvidos em todas as áreas do
305 conhecimento beneficiando o conjunto da população. A produção de
306 conhecimento envolve recursos humanos e materiais engajados em projetos de

307 longo prazo. O estabelecimento de políticas científicas de longo prazo e a
308 autonomia para a gestão de seus recursos financeiros fazem da FAPESP
309 exemplo de agência de financiamento que produz benefícios concretos para
310 todos. É este modelo exemplar de financiamento à pesquisa e de
311 reconhecimento da centralidade da ciência que está sendo atacado pelas
312 sucessivas tentativas do governo do estado em interferir nos recursos
313 destinados, constitucionalmente, à FAPESP. A proposta do governo estadual
314 de Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios (Drem) através do
315 Projeto de Lei nº 627, de 30 de setembro de 2020, se aprovada, acarretará a
316 supressão de cerca de 30% do orçamento da FAPESP para o ano de 2021. O
317 corte previsto na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), afronta a
318 constituição do Estado e compromete o financiamento de novos projetos e a
319 continuidade de projetos em andamento, justamente em um momento onde os
320 resultados dos investimentos estão sendo fundamentais para o enfrentamento
321 da pandemia da COVID 19 nos seus aspectos médicos, sanitários, urbanos e
322 psíquicos. O Conselho Universitário da USP, somando-se à outras
323 manifestações da sociedade, manifesta-se pela defesa da continuidade do
324 modelo orçamentário e de gestão da FAPESP e, portanto, contrariamente à
325 PLOA no que tange a previsão de cortes no orçamento da FAPESP. É um
326 texto produto dessa tentativa de conciliar e enfatizar a importância da ciência e
327 dos aparatos de gestão no Estado Democrático, muito obrigado.” **M. Reitor:**
328 “Muito obrigado, Professora Ana Lanna, por ter aceito a incumbência de fazer
329 essa redação.” Não havendo outras manifestações sobre o tema, o **M. Reitor**
330 esclarece que essa votação poderá ser feita pelo chat, de modo que, aqueles a
331 favor digam sim, não ou abstenção, para que se possa ter essa contagem ao
332 final. A manifestação é aprovada pelo Conselho Universitário. A seguir, o M.
333 Reitor passa à **ORDEM DO DIA.** **M. Reitor:** “Esclareço que essa discussão
334 com alteração do Estatuto da USP é um debate casado com o item 2.1 que é a
335 alteração do Regimento da USP e as grandes alterações são no Regimento da
336 USP”. Nesse sentido, o **M. Reitor** passa à discussão concomitante dos itens **1 -**
337 **ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA USP. 1.1 - PROCESSO 2019.1.4018.1.0 -**
338 **REITORIA DA USP.** Minutas de resoluções que alteram dispositivos do
339 Regimento Geral da Universidade de São Paulo relativos à realização de
340 concurso público para provimento do cargo de Professor Titular e do Estatuto

341 da Universidade de São Paulo relativo à prova pública oral de erudição do
342 concurso público para provimento do cargo de Professor Titular. Portaria GR n
343 ° 250, que designa os docentes para composição do Grupo de Trabalho com o
344 objetivo de analisar o papel dos departamentos no contexto geral e normativo
345 da Universidade (15.03.19). O Grupo de Trabalho – GT Departamentos
346 apresenta ao Gabinete do Reitor-GR o Relatório Final com a sugestão de
347 proposta de realização de concursos para Professor Titular em caráter
348 supradepartamental (13.12.20). **Parecer PG. nº 37245/2020:** apresenta
349 minutas de Resolução, informando que, no que tange ao Estatuto da
350 Universidade, não há dispositivo específico que necessite de alteração a fim de
351 viabilizar a proposta apresentada, no entanto recomenda alterar o § 3º do art.
352 80 do Estatuto, o qual atualmente traz previsão que não se coaduna sequer à
353 situação das Unidades que não se organizam em Departamentos. No que
354 tange às alterações necessárias no Regimento Geral para o acolhimento da
355 proposta, esclarece que as competências da CAA prescindem de modificação,
356 uma vez que o art. 12, inc. III, letras 'a' a 'c', do Regimento Geral, já define em
357 sua formulação ora vigente à competência da CAA para a distribuição de
358 cargos de Professor Titular, não havendo necessidade de alteração da atual
359 redação. Acrescenta que os dispositivos do Regimento Geral que precisariam
360 ser modificados para a efetivação das medidas propostas foram contemplados
361 na minuta anexa ao Parecer. Contudo, observa que “as previsões que
362 estabelecem decisões irrecorríveis fogem ao padrão estabelecido para os
363 concursos relativos a um único Departamento” (...) Portanto, não recomenda
364 que as decisões a serem tomadas pela Congregação no âmbito do concurso
365 sejam irrecorríveis, “pois não parece ser razoável que o procedimento se
366 distancie dessa forma em relação ao concurso tradicional dirigido a um só
367 Departamento.” Frisa, ainda, que “a previsão de decisões irrecorríveis poderá
368 levar ao ajuizamento de ações pelos interessados, com eventuais ordens
369 judiciais de processamento de recursos administrativos”. Por fim, lembra que o
370 art. 4º da Resolução nº 7955/2020 suspendeu a realização de todos os
371 concursos públicos para o provimento dos cargos efetivos de Professor Doutor
372 e de Professor Titular até 31.12.2021. Por este motivo, a minuta que trata das
373 alterações no Regimento Geral prevê expressamente, em seu último artigo,
374 que fica “mantida integralmente a suspensão prevista no art. 4º da Resolução

375 nº 7955/2020". Em despacho, a Procuradora Geral Adjunta acolhe o Parecer
376 de lavra da Dr.^a Stephanie Yukie Hayakawa da Costa e reforça a
377 recomendação de retirada das previsões de irrecorribilidade das manifestações
378 de CTA e Congregação, por conta, em especial, da assimetria gerada em
379 relação aos demais concursos da carreira docente, inclusive os de Professor
380 Titular não supradepartamentais (30.09.20). **Cota PG. X. nº 20277/2020:**
381 apresenta anexas as duas minutas anteriores (Minutas nº 38003/2020 e nº
382 38004/2020), informando não ter havido alteração na minuta de modificação do
383 Estatuto, mas apenas na minuta relativa ao Regimento Geral (15.10.20).
384 **Parecer da CAA:** manifesta-se favoravelmente à abertura de concursos de
385 Professor Titular em caráter supradepartamental (26.10.20). **Parecer da CLR:**
386 aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, favorável às minutas
387 de resolução que altera dispositivo do Estatuto da USP relativo à prova pública
388 oral de erudição do concurso público para provimento do cargo de Professor
389 Titular e alteram dispositivos do Regimento Geral da USP, relativos à
390 realização de concurso público para provimento do cargo de Professor Titular
391 (06.11.20); e item **2 - ALTERAÇÃO DO REGIMENTO GERAL DA USP. 2.1 -**
392 **PROCESSO 2019.1.4018.1.0 - REITORIA DA USP.** Minuta de resolução que
393 altera dispositivos do Regimento Geral da Universidade de São Paulo relativos
394 à realização de concurso público para provimento do cargo de Professor
395 Titular. **M. Reitor:** "Não sei se todos os Conselheiros e Conselheiras se
396 lembram, mas esse assunto vem sendo discutido há várias sessões. Foi
397 discutido, inclusive, em reuniões de Dirigentes quando a CAA, sob a condução
398 do Professor Catalani, levantou um problema nesse caso particular, de
399 concursos de Professor Titular. Assim, constatamos que algumas Unidades
400 praticam um procedimento que leva a que o Concurso seja principalmente da
401 Unidade como um todo e não de apenas um departamento em específico.
402 Dessa forma, demonstram interesse nessa normativa o ICB, FOB, FCF, IF,
403 IFSC e EACH, que são Unidades que, em certo sentido, já buscam essa
404 prática. Faltava, então, um arcabouço legal melhor elaborado, por isso que há
405 essa proposta de mudança estatutária e regimental. Passarei então a palavra
406 ao presidente da CLR, Professor Floriano Peixoto e, posteriormente, pedirei ao
407 Professor Catalani, que foi quem levantou o problema para a Reitoria. Assim,
408 vamos discutir conjuntamente os itens 1.1 e 2.1, mas, necessariamente, as

409 votações serão separadas.” **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques**
410 **Neto**: “Como indicado pelo Professor Vahan, a alteração que veio proposta a
411 partir da CAA e da Comissão que analisou esse tema, é a alteração, tanto no
412 Estatuto quanto no Regimento, para dar uma disciplina estatutária aos
413 concursos interdepartamentais. Isso, como foi dito, vem sendo adotado como
414 uma estratégia de *codepartmentalidade*, mantendo-se a estrutura de
415 organização nos departamentos, mas, em que pese isso não ser vedado, havia
416 um vácuo de normativa, como por exemplo, como que é definido o programa
417 do edital de concurso? Dentro da tradição que sempre adotamos e a tradição
418 que a Universidade tem, isso vem do departamento e é homologado pela
419 Congregação; o mesmo vale para a banca; mas e nesses casos
420 interdepartamentais? Lembro que esses concursos não dispensam ou
421 prescindem da estrutura departamental das Unidades, e terminarei falando
422 sobre isso. O concurso existe com os departamentos, então é necessário ter
423 alguma normativa de como as regras do edital, as regras de programa e
424 organização de membros pela banca vão ser tratados quando mais de um
425 departamento decidir ter um concurso interdepartamental. Então, essas são as
426 alterações que estamos agora debatendo, alterações que visam prever
427 dispositivos do Estatuto e Regimento, de como tratar a disciplina desses
428 concursos, se e quando a Unidade decidir que algum de seus cargos de
429 Professor Titular será destinado a concursos interdepartamentais que poderão
430 ser adotados a critério da Unidade. É muito importante dizer que essas
431 alterações não obrigam ou sequer extinguem os concursos departamentais,
432 apenas criam a possibilidade para cada Unidade decidir isso. Então, por
433 exemplo, na minha Unidade, antecipando uma eventual alteração para permitir
434 que uma área de Direito Ambiental seja objeto de um concurso com
435 coparticipação do Departamento de Direito Civil, Departamento de Direito
436 Público e Departamento de Direito do Econômico em conjunto. E também
437 prevê o que ocorre quando esse concurso chega ao final e há um Professor
438 que se sagre vencedor. Assim, também a regra que está sendo tratada diz
439 respeito a como se dará a alocação desse Professor em algum dos
440 Departamentos da Unidade para que ele tenha também a alocação orgânica
441 posteriormente, a partir do preenchimento do cargo, isto também está tratado
442 com uma opção que vinculará a um dos departamentos e esse professor possa

443 ser membro de Conselho Departamental, membro dos colegiados e seja
444 vinculado, de alguma forma, sua atividade em algum departamento. Então,
445 Professor Vahan, todos receberam a pauta e, em resumo, são várias
446 alterações que visam disciplinar o regime de concursos para provimento de
447 cargos de Professor Titular interdepartamentais, se e quando as Unidades
448 decidirem que algum cargo será destinado a esse tipo de concurso.” **M. Reitor:**
449 “Muito obrigado Professor Floriano. Vale frisar que é uma decisão da Unidade
450 se fará ou não concursos centralizados ou se fará o concurso departamental
451 como já faz hoje.” **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:**
452 “Sobretudo, Professor Vahan, objetiva-se aqui criar uma disciplina para evitar o
453 improvisado que já vinha ocorrendo quando as Unidades decidem adotar um
454 modo de concurso interdepartamental, sem a existência de uma regra clara de
455 como devem ser feitas essas decisões.” **Cons. Luiz Henrique Catalani:**
456 “Como bem observado pelo Professor Vahan, isso foi parte da discussão
457 levantada pela CAA em algumas reuniões. Friso que isso não é uma
458 provocação que parte da CAA, mas sim que chega à Comissão através de
459 várias Unidades. Como já dito pelo Professor Vahan e pelo Professor Floriano,
460 existe hoje, na Universidade, uma demanda por esse tipo de proposta de
461 atuação: concursos para Professor Titular de forma supradepartamental, então
462 ele vem para dar um arcabouço legal para formas adaptadas. A CAA sempre
463 foi questionada sobre qual a melhor maneira de fazer isso, e nós, obviamente,
464 presos ao Regimento, sempre nos colocávamos, não exatamente contra, mas
465 impossibilitados de um regimento unicamente enquanto Comissão, o que nós
466 pudemos fazer nesses últimos dois anos foi, de fato, provocar esse debate que
467 chega até nós no dia de hoje com essa minuta de mudanças. Quero também
468 salientar - e acho que tanto o senhor quanto o Professor Floriano já indicaram,
469 mas algumas coisas precisam ficar claras -. em primeiro lugar, o caráter
470 facultativo desse modelo: existe a manutenção integral do sistema atual para
471 aquelas unidades que optarem pelo sistema *monodepartamental*. A segunda é
472 que, com esse modelo, o concurso de Professor Titular contempla qualquer
473 número de departamentos, contempla um departamento, dois departamentos,
474 três, ou mesmo todos os Departamentos de uma Unidade. Peço permissão à
475 Professora Liedi, pois sempre gosto de usar a Poli como exemplo, pois a
476 Unidade tem 15 Departamentos. É óbvio que fazer um concurso

477 supradepartamental com toda aquela diversidade temática da Escola
478 Politécnica talvez fosse inviável, entretanto podemos imaginar várias
479 combinações dentro de uma Unidade como a Poli, na qual concursos
480 supradepartamentais poderiam ser considerados. Para dar um exemplo, o
481 Departamento de Química com o Departamento de Eletrônica, muito
482 provavelmente seria difícil de fazer, mas o Departamento de Eletrônica com o
483 Departamento de Telecomunicações e Controle poderia muito bem se tornar
484 uma concurso supradepartamental. Assim, a normativa, se aprovada,
485 contemplará vários modelos, mono, parcial ou de toda a Unidade. Outra coisa é
486 que há a manutenção integral dos critérios de distribuição atual, como forma de
487 apontar quais Departamentos que a Unidade designa e porquê. Então, esses
488 critérios – que quase todas as Unidades estão com eles em dia – serão
489 mantidos e serão fundamentais para as decisões internas da Unidade e da
490 CAA. Outra coisa que precisa ficar muito clara é que o sistema não pretende e
491 não altera a estrutura departamental. Ele não tem a premissa de fusão
492 departamental ou qualquer coisa similar, os departamentos se agrupam para
493 aquele determinado concurso, mas mantêm o seu status como tal, isso tem de
494 ficar muito claro. Obviamente, os docentes pertencentes aos departamentos
495 participantes em um referido certame têm os seus status garantidos em seus
496 departamentos de origem. Com isso criamos um sistema bastante flexível, que
497 atende a uma demanda que mantém todos os critérios de mérito da sistemática
498 atual àquelas Unidades que assim desejarem. Na verdade, várias Unidades
499 estão esperando essa mudança para instalar esse tipo de procedimento em
500 sua organização. Então, a CAA é claramente favorável, todos viram os nossos
501 pareceres, o parecer da CLR é ainda mais incisivo em todos os seus pontos.”

502 **M. Reitor:** “Professor Luis Carlos, o ICB já pratica essa modalidade, certo?”

503 **Cons. Luis Carlos de Souza Ferreira:** “Isso mesmo. O ICB vê com bons olhos
504 e eu, como diretor, porque, de fato, o ICB já pratica isso há mais de 15 anos.
505 Aqui no ICB temos 7 Departamentos e há uma perfeita harmonia, já
506 incorporamos a prática de concursos supradepartamentais para vagas de
507 Professor Titular. Cada Departamento tem um número mínimo de docentes na
508 posição de Professor Titular, mas acima disso, já optamos por concursos com
509 viés supradepartamental. É claro que tentamos adaptar ao Regimento que está
510 em vigência hoje, então, os concursos sempre são abertos em um

511 Departamento, mas lá poderão se inscrever docentes de outros
512 Departamentos, bem como pessoas de fora. Isso tem criado uma oportunidade
513 de valorização do mérito, aumento de competitividade, além da possibilidade
514 de atrair pessoas até mesmo de fora da USP. Em suma, para nossa Unidade
515 essa proposta é muito bem vinda e atende a uma expectativa da Unidade e,
516 como foi bem colocado, é uma alternativa opcional, mantêm-se aquilo que já é
517 praticado e cria-se agora uma base legal para atitudes como a nossa no ICB,
518 além de que outras ações tomadas ao longo dos anos passam agora a ter o
519 devido apoio legal na Universidade.” **Cons. Andre Vitor Singer**: “O
520 esclarecimento é muito simples, nós não temos essa modalidade na Faculdade
521 de Filosofia, eu sou simpático à ideia, mas queria perguntar o seguinte: o
522 Professor que se torna Titular por um concurso interdepartamental segue
523 pertencendo a um Departamento que é o seu de origem ou ele passa a
524 pertencer a mais de um Departamento?” **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo**
525 **Marques Neto**: “Nem uma coisa nem outra, ele não necessariamente precisa
526 ter um departamento, pois pelo concurso, é possível que o docente venha de
527 fora da Universidade, uma vez ele tendo ganho o concurso, ele elege o
528 departamento ao qual vinculará o cargo, então não será um Professor sem
529 vínculo departamental e não tem vinculação de origem, pode inclusive optar
530 por mudar de departamento e pode inclusive ser um Professor que venha de
531 fora da Universidade, que se vincula a um departamento posteriormente,
532 dentre aqueles que concorreram para o concurso interdepartamental. É
533 importante, pois a alteração visa regular concursos interdepartamentais e não
534 criar cargos supradepartamentais, embora a linha de pesquisa trabalhe com
535 programas e conteúdos que podem estar em mais de um Departamento.”
536 **Cons. Vanderlei Salvador Bagnato**: “Também gostaria de dar o depoimento
537 do Instituto de Física de São Carlos, pois praticamos isso há mais de 10 anos.
538 Na verdade, com uma vantagem, os concursos são realizados em
539 departamentos, pois as vagas são alocadas em departamentos, mas temos um
540 acordo de que, uma vez aberto o concurso, os dois departamentos são
541 consultados e todos que têm áreas de interesse para concorrer ao concurso de
542 Professor Titular são contemplados naquele concurso e todos os docentes do
543 Instituto podem participar. Normalmente, quando é docente da Casa ele
544 permanece no seu próprio Departamento, quando o docente vem de fora, ele

545 pode escolher o Departamento para o qual irá. Mas como estamos legalizando
546 esse tipo de prática que nós já temos, estou entendendo que agora os
547 departamentos vão poder fazer uma opção ou então continua o nosso acordo,
548 estou certo Professor Catalani?” A seguir, o **M. Reitor** pede que sejam primeiro
549 feitas todas as perguntas para que, posteriormente, possam ser respondidas
550 de uma única vez. **Cons.^a Marinilce Fagundes dos Santos**: “Gostaria de
551 reforçar as palavras do Professor Luis Carlos, eu falo em nome da
552 Congregação do Instituto de Ciências Biomédicas e, conforme ele mencionou,
553 praticamos essa modalidade há mais ou menos 15 anos, de uma forma
554 harmônica. A Congregação anseia por essa regulação por parte da Reitoria,
555 nós não fazemos exclusivamente concursos supradepartamentais, pois existe
556 um número mínimo de Professores Titulares por Departamento. Nós temos
557 sete Departamentos, e as bancas são montadas com os Conselhos dos
558 Departamentos, então, embora o concurso seja feito por um Departamento,
559 existe um consenso na montagem das bancas, e penso que isso é muito
560 importante e que isso só trouxe qualidade para o Instituto, pois os concursos
561 têm sido bastante concorridos. Um outro detalhe com relação a uma das
562 perguntas que foi feita, nós já tivemos casos de docentes que optaram por
563 mudar de Departamento ao fazer um concurso supradepartamental, então isso
564 é possível, seja mudar de departamento ou permanecer em um mesmo
565 departamento. Era isso que gostaria de acrescentar, pois esse detalhe, para
566 nós, é muito importante.” **Cons.^a Mônica Sanches Yassuda**: “Caros colegas,
567 gostaria de falar um pouco sobre a experiência de ter participado do grupo de
568 trabalho que tratou da questão dos departamentos junto com o Professor
569 Catalani, com o Professor Tarcísio, da Faculdade de Medicina, o Professor
570 Edson, o Professor Celso, da Faculdade de Direito, e nós discutimos durante
571 muitas tardes as limitações do modelo atual dos Departamentos da USP. Para
572 mim, é até irônico falar de Departamentos, uma vez que, venho de uma
573 Unidade que não tem Departamentos e conta com mais de 250 docentes, 11
574 cursos de Graduação e 11 programas de Pós-graduação. Lembro-me de
575 nossas discussões e falamos muito sobre a questão dos concursos de
576 Professor Titular estarem atrelados aos Departamentos e como isso é
577 problemático, em especial nos Departamentos que têm menos de 20 docentes,
578 pois nesses Departamentos a temática tende a ser bastante estreita, existe

579 baixa competição e, esse modelo que está sendo proposto dos concursos com
580 caráter supradepartamental, oferece uma alternativa a esse modelo mais
581 tradicional. Estamos vendo que muitas Unidades já almejam esse tipo de
582 concurso, também vejo a proposta com bons olhos, acho são novidades e um
583 pouco de ar fresco, uma certa dose de modernização, porque também o
584 concurso supradepartamental vai gerar um certo grau de mobilidade entre os
585 Departamentos, o que também foi visto pelo GT como um dos problemas dos
586 Departamentos no modelo atual na USP. Muitas vezes, o Professor passa a
587 investigar uma outra área e gostaria de estar em outro Departamento, mas tem
588 muita dificuldade em mudar de Departamento. Então, acho que para quem
589 trabalhou nesse Grupo de Trabalho, é motivo de muita alegria essa proposta
590 que está sendo feita, pois estamos vendo na prática uma modificação e, pelo
591 menos, dois aspectos importantes nas propostas que foram feitas com a
592 possibilidade de se tornarem reais. Também, faço um breve depoimento da
593 EACH, pois há 15 anos temos concursos que são abertos a todos os
594 Professores. Inicialmente, fazíamos concursos de Professor Titular na área de
595 Artes, Ciências e Humanidades, era praticamente um universo todo
596 contemplado, hoje temos temáticas um pouco mais fechadas, por grandes
597 áreas, e o que temos visto na prática é um grande número de candidatos,
598 temos em média aproximadamente 7 ou 8 candidatos e isso também é bem
599 visto dentro da Escola, pois todo mundo tem a possibilidade de se candidatar e
600 de se associar a uma área. Nesse momento, as áreas estão um pouco mais
601 fechadas, mas ainda assim são bastante abertas, então fico muito feliz de ver
602 esse produto do GT sendo tratado aqui no Conselho Universitário.” **Cons.**
603 **Paulo Martins:** “Tendo a concordar com a tese. Parece-me que, se garantido
604 que a Congregação decide sobre aquela vaga, se ela será interdepartamental,
605 não me parece haver problema nenhum, ou seja, haverá concursos em que a
606 Congregação decide que seja para um departamento e outros concursos para
607 que seja interdepartamental. Mas a minha questão é muito simples e de
608 esclarecimento, puramente. Se ele é interdepartamental, é também
609 interunidades. É isso ou não? Porque me parece ser uma questão importante.
610 Há determinadas disciplinas que perpassam mais de uma Unidade, e são
611 programas que dizem respeito àquela ou outra Unidade. Gostaria de saber se
612 existe a possibilidade, dentro do escopo proposto pela Comissão e pelo GT,

613 que um professor concursado - pela FAU, por exemplo - também possa
614 permanecer no grupo de professores titulares da Faculdade de Filosofia. Essa
615 é minha indagação.” **M. Reitor**: “Florian, você viu que as perguntas estão
616 querendo ser mais ousadas do que imaginavam. Vamos deixar as perguntas
617 para o fim.” **Cons. Manfredo Harri Tabacniks**: “Quero, primeiramente,
618 agradecer pela inclusão na pauta desse item, que é uma aspiração de longa
619 data do Instituto de Física. Atualmente, já fazemos concursos
620 interdepartamentais com jeitinho, como disse o Professor Catalani. O concurso
621 é decidido, é conversado por um comitê - em geral com membros de cada
622 Departamento envolvidos, ou todos os departamentos do Instituto -, o comitê
623 discute a área em que o concurso vai rodar, discute a banca, propõe um edital,
624 e depois submete à Congregação, que discute e aprova, eventualmente, o
625 edital. Atualmente, na ausência desse regramento proposto, um concurso
626 acaba sendo colocado em um Departamento que hospeda o concurso, daí o
627 docente entra naquele Departamento como indicado e depois temos que
628 transferir o docente para outro Departamento. Então, o concurso tem sempre
629 esse item, o indicado acaba escolhendo depois o Departamento no qual quer
630 ser locado. Isso tem acontecido. Fizemos isso com os professores titulares,
631 vamos fazer com os professores doutores também. É óbvio que o comitê que
632 discute o concurso é da mesma categoria ou superior. Para nós é muito
633 importante esse regramento que está acontecendo agora, porque isso permite
634 operarmos novamente dentro da lei, dentro das regras da Universidade, em
635 vez de ficar fazendo jeitinhos, com um pouco de complacência dos órgãos
636 gestores. Acho que está na hora de colocar isso em ordem, inclusive daqui a
637 pouco haverá outro pedido do Instituto: que os concursos possam ser em
638 inglês. Essa é outra reivindicação de longa data do Instituto de Física. Portanto,
639 quero agradecer pela oportunidade. Espero que seja aprovada a possibilidade
640 de que os concursos sejam feitos dentro da Unidade e não dentro do
641 Departamento.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Junior**: “Quero defender essa
642 proposta, no sentido de regramento dessa situação. Eu era membro da CAA
643 junto com o Professor Catalani, quando esses problemas surgiram na
644 Comissão. Na maioria das vezes, como os Professores Manfredo e Luís Carlos
645 falaram, o sistema dá certo. Mas, algumas poucas vezes, essas migrações de
646 docentes que estão em determinado Departamento querem entrar em outro e

647 depois voltar. Isso pode causar algumas negativas e alguns problemas e o
648 docente que ganha o concurso acaba ficando em situação delicada, em ter que
649 fazer todas essas mudanças. Então, se houver esse regramento do concurso
650 interdepartamental, acho que resolve esse problema, legaliza essa situação,
651 deixa todos com muito mais tranquilidade. Só lembrar que esse jeitinho, às
652 vezes - algumas poucas vezes -, pode dar problema. Se tivermos um
653 regramento, resolve-se isso, protege o docente, protege a instituição e
654 paramos de fazer esses atalhos.” **Cons. Luiz Henrique Catalani**: “Vou
655 responder ao Professor Bagnato, que acho que reflete um pouco a palavra do
656 Professor Manfredo. A vida de vocês ficará mais facilitada, só isso. A
657 adaptação que vinha sendo feita, de que o concurso era oficialmente alocado a
658 um Departamento, ainda que a temática fosse aberta a todos; hoje, ele
659 oficialmente pode ser de ambos os Departamentos. Não precisa mais ser
660 alocado a um Departamento, mas sim à Unidade. É isso que a minuta traz.
661 Respondendo, também, as dúvidas do Professor Paulo Martins e do Professor
662 Pedro sobre as interunidades, nesse momento não estamos tratando de
663 concursos interunidades. A minuta claramente traz o concurso do
664 Departamento para a Unidade. Apesar disso, entendo que existe sim, na
665 Universidade, uma demanda que pode ser solucionada em um outro momento,
666 sobre a possibilidade de concursos interunidades. Isso seria um pouco mais
667 complexo e não é isso que está sendo proposto hoje. Estamos falando
668 exatamente sobre trazer do Departamento para o âmbito da Unidade, e a
669 proposta para aí, não pode ser interunidades. Também respondo à Professora
670 Marly e à Professora Rosângela, se o edital não deveria ser vinculado a um
671 único Departamento. É o que estamos mudando. Até hoje, o edital era de um
672 único Departamento; a partir de hoje, ele poderia - se for aprovado - ser de um
673 Departamento, dois Departamentos, três, quatro, ou toda a Unidade. A Unidade
674 que decide. Então, ele será vinculado a um Departamento se a Unidade assim
675 desejar; a cinco Departamentos se a Unidade assim desejar. Ele deixa de ter a
676 obrigatoriedade de vinculação monodepartamental. Ele pode ser, mas só se for
677 esse o desejo da Unidade. Quanto ao ‘supra vs interdepartamental’, é uma
678 questão de semântica, professor. Alguém me responda. A mim, parece que
679 ambos os termos remetem à mesma ideia.” **Cons. Floriano Peixoto de**
680 **Azevedo Marques Neto**: “Só para reportar ao tema da pergunta da Professora

681 Ana Maria Loffredo, temos a oportunidade, a critério da Congregação, de ter
682 concursos departamentais - como sempre aconteceu nas Unidades que têm
683 estrutura departamental -, ou, por opção da Congregação, em optar por pedir
684 um cargo de professor titular interdepartamental. Acho que é efetivamente
685 interdepartamental porque, em concluindo o concurso, esse professor titular vai
686 se vincular a algum Departamento, ou seja, você não mexe na estrutura
687 departamental. Se fosse supra, haveria professores titulares flanando por sobre
688 os Departamentos. A pergunta do Professor Paulo Martins foi respondida. Há
689 uma pergunta com relação à definição do programa. Quando essa iniciativa for
690 de solicitar um cargo interdepartamental, o pressuposto é que o concurso reflita
691 conteúdo de disciplinas que estejam em mais de um Departamento, portanto,
692 que seja um programa de concurso interdepartamental. Aí vamos ter a situação
693 em que volto à pergunta do Professor André. Se o professor que disputa esse
694 concurso - que é um concurso de ingresso - é de fora da Universidade, a
695 decisão final é da Congregação, e esse professor será ouvido para que ele
696 decida, ou pelo menos possa opinar, sobre a qual Departamento ele estará
697 vinculado. Se esse professor vencedor do concurso for um professor associado
698 de algum Departamento, a regra será permanecer no Departamento em que
699 ele estava. Se houver, na sequência, alguma decisão de deslocamento de
700 vinculação Departamental, isso segue a regra que hoje existe, em que há uma
701 realocação, tem que haver decisão dos órgãos colegiados; mas a regra vai ser
702 a regra de vinculação. O que pode acontecer é ter vários professores de vários
703 Departamentos disputando o concurso, e professores de fora; aí, a partir da
704 decisão do concurso, vai haver o encaminhamento para vinculação desse
705 professor. Repetindo, sempre esse vencedor será o professor vinculado a
706 algum Departamento, ele não vai ficar solto pelos Departamentos que
707 compõem a Unidade.” **Cons. André Vitor Singer**: “Só não entendi o seguinte:
708 no caso de um concurso supradepartamental ou interdepartamental, o
709 professor tem a última palavra em relação a onde ele quer ficar ou é a
710 Congregação que decide?” **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques**
711 **Neto**: “É sempre a Congregação que vai decidir. Claro que se esse professor
712 não for vinculado originalmente a nenhum Departamento, ele será ouvido, a
713 regra que consta da alteração que está sendo proposta, para o artigo 162-A,
714 fala que em se tratando de candidato que não pertence a nenhuma categoria

715 docente da USP ou de professor associado a um departamento - e aqui, para
716 deixar claro, ele pode até pertencer a uma carreira da USP de outro
717 Departamento que não esteja nessa Unidade, aí aplica-se a regra de oitiva -, o
718 departamento será definido pela Congregação, ouvido o candidato a título
719 opinativo. Então, ele será ouvido, mas a decisão, a palavra final é da
720 Congregação. Acho que está tudo respondido.” **Cons.^a Regina Szylit:**
721 “Gostaria de saber como fica a distribuição dos cargos com aquela proposta
722 das porcentagens. Sei que chegamos a começar a discutir, mas não sei se isso
723 implica em alguma alteração para distribuição dos cargos.” **Cons. Luiz**
724 **Henrique Catalani:** “O sistema de distribuição de cargos de titulares é feito de
725 uma forma distinta de porcentagens. Primeiro, existe a vacância, se existir a
726 vacância na Unidade, é feita a análise pela Unidade de qual Departamento que
727 deve retornar. A CAA só contempla, só faz a análise no sentido de ser justo o
728 retorno ou ser justa a escolha da Unidade. É a vaga de retorno, a vaga já
729 existente na Unidade. Existe um outro tipo de cargo - cargo de titular - que
730 chamamos de cargos novos, quando o banco permite - não permitiu no final do
731 ano passado -, existe um número de cargos no nosso banco que é colocado à
732 disposição para redistribuição. E o critério a ser utilizado é dependente da
733 situação momentânea daquela Unidade. Existem as Unidades que estão com
734 uma média de titular total docentes baixa, um número de Unidades com uma
735 média próxima à média da Universidade, e outras que estão com uma média
736 alta. São alocados cargos em números distintos para esses três grupos, dando
737 preferência, por óbvio, às Unidades que têm uma média mais baixa. Não são
738 levadas em consideração, para cargos de titulares, as porcentagens. Não sei
739 se você está falando de cargos novos, de professores doutores. Aqui não entra
740 a avaliação, pela CAA, de porcentagens. Isso, eventualmente, a Unidade tem
741 algum critério que leva em consideração uma distribuição demográfica, interna,
742 mas isso é a critério exclusivo da Unidade, não da CAA.” **M. Reitor:** “Estamos
743 começando a entrar em especificidades, então vou pedir à Professora Raquel
744 que faça a última pergunta, e depois vamos à votação.” **Cons.^a Raquel Rolnik:**
745 “É uma pergunta relacionada à última. Só para esclarecer definitivamente. Isso
746 significa que essa decisão não incide sobre a forma através da qual serão
747 apresentados os pedidos de permanência do cargo. Estou falando disso, porque
748 é importante diferenciar um cargo que está sendo pedido por um Departamento

749 ou por uma Unidade inteira. É isso? Não incide sobre esses pedidos, é isso?”

750 **Cons. Luiz Henrique Catalani:** “As regras permanecem as mesmas. A

751 Unidade tem os seus critérios de retorno, quando retorno automático. Quando

752 não automático, quando é colocada à disposição do bloco da Unidade da

753 discussão, esses critérios serão absolutamente mantidos. O que vai ser agora

754 considerado pela Unidade é que, se um retorno automático for para um

755 departamento, digamos de número bastante restrito de docentes, em que a

756 competitividade dele cai quando chega à CAA, a Unidade, obviamente, teria o

757 direito de falar que nesse caso o melhor talvez fosse juntar dois departamentos

758 para fazer a manutenção dessa vaga, porque teria uma melhor competitividade

759 frente às demandas de outras Unidades. Porque a CAA, lembrando dos vários

760 blocos de Unidades que são avaliadas, elas são avaliadas comparativamente.

761 Então, há situação em que uma Unidade é comparada com outra e essa

762 demanda tem que ser bem qualificada, bem montada para ter uma

763 competitividade frente às demais Unidades.” A seguir, o Senhor Secretário

764 Geral explica aos Conselheiros o funcionamento do sistema de votação

765 eletrônico que será utilizado. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à votação do

766 **item 1.1. Votação.** Apurados os votos eletrônicos e os manifestados pelo chat,

767 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 102 (cento e dois) votos; Não = 2 (dois)

768 votos; Abstenções = 3 (três) votos; Total de votantes = 107 (cento e sete). É

769 aprovado o parecer da CLR, favorável à minuta de Resolução que altera

770 dispositivo do Estatuto da USP relativo à prova pública oral de erudição do

771 concurso público para provimento do cargo de Professor Titular, obedecido o

772 quórum estatutário. Em seguida, o **M. Reitor** coloca em votação o **item 2.1.**

773 **Votação.** Apurados os votos eletrônicos e os manifestados pelo chat, obtém-se

774 o seguinte resultado: Sim = 99 (noventa e nove) votos; Não = 1 (um) voto;

775 Abstenções = 5 (cinco) votos; Total de votantes = 105 (cento e cinco). É

776 aprovado o parecer da CLR, favorável à minuta de Resolução que altera

777 dispositivos do Regimento Geral relativos à realização do concurso público

778 para provimento do cargo de Professor Titular. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa

779 ao Item **2.2 – PROCESSO 2020.1.2835.1.2 – PRÓ-REITORIA DE**

780 **GRADUAÇÃO.** Proposta de inclusão, no Regimento Geral da USP, de

781 proibição de reingresso de aluno formado pela Universidade de São Paulo no

782 mesmo curso de graduação no qual obteve titulação. Ofício da Presidente da

783 Comissão de Graduação da FCF, Prof.^a Dr.^a Tania Marcourakis, à Diretora da
784 FCF, Prof.^a Dr.^a Primavera Borelli, encaminhando a proposta de inclusão, no
785 Regimento Geral da USP, de proibição de reingresso de aluno formado pela
786 Universidade de São Paulo no mesmo curso de graduação no qual obteve
787 titulação. Esclarece que tal solicitação teve origem em caso concreto ocorrido
788 na Unidade, onde houve reingresso de aluno em 2019, sendo que este se
789 formou no mesmo curso em 10.12.2016 (22.08.19). **Parecer da Congregação**
790 **da FCF:** aprovou a proposta de inclusão, no Regimento Geral da USP, de
791 artigo que proíba o ingresso de alunos formados pela Universidade de São
792 Paulo nos mesmos cursos de graduação onde obteve a titulação Graduação
793 (30.08.19). **Parecer da Câmara de Avaliação e Normas (CAN):** após discutir
794 amplamente o tema, manifesta-se favorável à elaboração da normativa, desde
795 que esta não afete negativamente o direito de reingressantes de cursos que
796 tenham habilitações ou ênfases diferenciadas daquelas já cursadas pelo aluno
797 (exemplo: Química, Letras, etc.). Sugere, ainda, que seja verificada a
798 possibilidade de que, ao invés de alteração no Regimento Geral da
799 Universidade, tal normativa conste em resolução do CoG, visando, assim, uma
800 tramitação menos burocrática (23.09.19). **Parecer do CoG:** acolheu a
801 manifestação da CAN sobre a matéria aprovando o mérito da proposta da
802 Unidade (24.10.19). Despacho do Pró-Reitor de Graduação, Prof. Dr. Edmund
803 Chada Baracat, ao Procurador Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
804 encaminhando consulta no intuito de obter parecer referente à legalidade da
805 solicitação, quanto ao assunto e quanto à instância competente para legislar
806 sobre a matéria, que teve origem em solicitação da Faculdade de Ciências
807 Farmacêuticas. Informa, ainda, que a matéria foi apreciada pela Câmara de
808 Avaliação e Normas e aprovada pelo Conselho de Graduação, com a sugestão
809 de que fosse editada uma Resolução CoG ao invés de inclusão da norma no
810 Regimento Geral (11.11.19). **Parecer PG. P. nº. 0006/2020:** narra que tal
811 solicitação teve como base o reingresso no ano de 2019 de aluno no curso de
812 Farmácia-Bioquímica por vestibular FUVEST, tendo este já realizado todas as
813 disciplinas da estrutura curricular vigente no mesmo curso em 10/12/2016 e
814 colado grau em 03/03/2017. Acrescenta que o mencionado aluno por ter
815 concluído e realizado todas as disciplinas do currículo, não teria disciplinas a
816 cursar caso solicitasse aproveitamento de estudos, portanto, não haveria curso

817 a ser realizado por este. Lembra ainda que, embora sem nenhum efeito para o
818 aluno, seu reingresso tira a oportunidade de outro aluno ingressar na vaga
819 ocupada. A seguir, passando a opinar sobre o mérito da alteração proposta e a
820 legalidade da proibição, observa que o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases
821 da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) delimita a finalidade da educação
822 superior. No mesmo sentido, esclarece que o Decreto Estadual nº 6.283/1934,
823 que criou a Universidade de São Paulo, estabeleceu em seu artigo 2º os fins
824 específicos da Universidade de São Paulo, destacando as alíneas b e c. Ainda
825 dentro das normas superiores internas da Universidade, acrescenta que o
826 Estatuto da USP estabelece seus fins no seu artigo 2º, destacando os incisos I
827 e II. Feitas essas considerações iniciais sobre o plexo normativo, aponta que,
828 em suma, é possível inferir que a finalidade principal traçada para Universidade
829 de São Paulo, especialmente em cursos de Graduação, é ministrar o ensino
830 superior nas diferentes áreas de conhecimento, de modo a tornar seus alunos
831 aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento
832 da sociedade. Assim sendo, alerta que o curso de Graduação, somente pode
833 ser concebido se inserto em mencionado interesse público acadêmico
834 delineado pelas normas vigentes. De forma que, se o direito de determinado
835 cidadão já foi amplamente atingido, com a obtenção do diploma do curso de
836 graduação no qual pretende reingressar, não parece haver finalidade a ser
837 atingida, tornando-se seu reingresso “inócuo para o atendimento à finalidade
838 legal da existência do curso de Graduação, pois nenhuma promoção de
839 conhecimento ou formação de diplomado será alcançada com a repetição do
840 curso.” Assim, embora possa, eventualmente, existir algum outro interesse
841 exclusivamente particular do reingressante, não merecerá este guarida diante
842 da ausência de qualquer interesse público e afastamento da finalidade legal
843 estabelecida pelo plexo normativo às Universidades Públicas. Lembra ainda
844 que o aluno que ocupa a vaga em desacordo com a finalidade legal,
845 restringindo assim o acesso de outros estudantes à instituição, fere a
846 supremacia do interesse público. Ressalta, entretanto, a diferença entre o caso
847 supracitado e o caso em que possa existir inovação acadêmica, que se
848 traduzam em “habilitações ou ênfases diferenciadas daquelas já cursadas pelo
849 aluno”, conforme ressaltado pela Câmara de Avaliação e Normas – CAN, em
850 tais casos é possível vislumbrar-se finalidade a ser alcançada, e conteúdo

851 acadêmico inovador a ser absorvido pelo aluno. Em conclusão parcial, afirma
852 que o reingresso do aluno em curso no qual já possui diploma, sem nenhuma
853 possibilidade de inovação acadêmica, fere a finalidade normativa estabelecida
854 para a Universidade de São Paulo, dessa forma, “a alteração proposta, embora
855 se traduza como mérito administrativo, é legal e parece melhor atender ao
856 interesse público acadêmico.” Em relação ao Instrumento normativo e Instância
857 competente para legislar, entende que a previsão da restrição em comento
858 deverá ser disciplinada pelo artigo 75 do Regimento Geral da USP, dispositivo
859 regimental que trata de todas as hipóteses de cancelamento de matrícula
860 vigentes na USP, sendo a sua alteração o instrumento por meio do qual se
861 incluem novas situações. Observa que o detalhamento das hipóteses de
862 possível aceitação de matrícula, possibilitando o reingresso em cursos que
863 tenham habilitações ou ênfases diferenciadas daquelas já cursadas pelo aluno
864 pode ser disciplinado por Resolução CoG, sendo recomendável que a norma
865 regimental faça expressa remissão neste sentido. Por fim, esclarece que a
866 minuta de alteração para inclusão de inciso no artigo 75 do Regimento Geral
867 deve ser proposta pela PRG ou pela FCF para tramitação nas instâncias
868 superiores. Feitas as considerações acima, em síntese conclusiva, opina pela
869 legalidade da proibição proposta, sendo recomendável que mencionada
870 restrição seja realizada por alteração do Regimento Geral, podendo a norma
871 regimental a ser criada remeter à Resolução CoG a disciplina da aceitação de
872 reingressos para habilitações ou ênfases diferenciadas do curso anteriormente
873 realizado (27.01.20). **Parecer da CAN:** após discussão, entendeu que o
874 reingresso no mesmo curso de graduação não deve ocorrer se verificado que o
875 aluno já tenha anteriormente sido diplomado pela USP, ou cumprido todos os
876 requisitos para a obtenção do referido diploma, no curso para o qual esteja
877 solicitando a matrícula, bem como definiu quais seriam as exceções para
878 aplicação desta regra (07.07.20). **Parecer do CoG:** aprova a proposta da
879 Câmara de Avaliação e Normas (27.08.20). Despacho da Pró-Reitoria de
880 Graduação, encaminhando a matéria, aprovada pelo Conselho de Graduação
881 em 27.08.2020, à Secretaria Geral, para as devidas providências (31.08.20).
882 **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Floriano Peixoto de
883 Azevedo Marques Neto, favorável a proposta de alteração do Regimento Geral,
884 objetivando proibir o reingresso de aluno formado pela Universidade de São

885 Paulo no mesmo curso de graduação no qual obteve titulação (02.10.20).
886 Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor**: “Vou quebrar
887 o protocolo, porque é um item que me chamou a atenção. É uma brecha que
888 não deu para entender por que foi feito isso. O aluno se formou na Faculdade
889 de Ciências Farmacêuticas, em 2016, e prestou vestibular para fazer
890 novamente o mesmo curso, em 2019. Então, antes de passar a palavra ao
891 Professor Floriano, porque é coisa da CLR, vou pedir para o Professor Baracat
892 rapidamente apresentar esse tema, porque é um caso *sui generis*. Os nossos
893 alunos se formam e depois voltam à USP para um outro curso e não para o
894 mesmo.” **Cons. Edmund Chada Baracat**: “Com relação a esse caso,
895 recebemos uma manifestação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de
896 São Paulo, de que o aluno em pauta prestou vestibular em 2019, foi aprovado,
897 e ele já havia concluído o curso em 10 de dezembro de 2016. Esse caso nos
898 foi trazido após tramitar na Comissão de Graduação da Faculdade de Ciências
899 Farmacêuticas, e foi também aprovada a proposta, na Congregação da
900 Unidade, de que fosse proibido, que não houvesse essa possibilidade de
901 reingresso, de um aluno formado pela USP no mesmo curso de graduação no
902 qual obteve a titulação. Então, recebemos na Pró-Reitoria de Graduação e
903 encaminhamos para a Câmara de Avaliação e Normas da PRG, que discutiu o
904 caso e concordou com a solicitação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas.
905 E com uma outra recomendação, que o aluno poderia reingressar na USP,
906 como aluno formado, para fazer um curso que tenha habilitação diferente da
907 que ele havia sido graduado. Ele poderia reingressar em outro curso, em outra
908 ênfase, em outra habilitação. O parecer da Câmara de Avaliação e Normas foi
909 levado ao Conselho de Graduação, que em 24 de outubro de 2019, o acolheu.
910 Em seguida, encaminhamos à Procuradoria Geral, para o Professor Ignacio
911 Maria Poveda Velasco. A Procuradoria fez um parecer extenso, uma análise
912 minuciosa do caso, e recomendou em suas considerações finais, em uma
913 síntese conclusiva, opinando pela legalidade da proibição proposta, sendo
914 recomendável que mencionada restrição seja realizada por alteração do
915 Regimento Geral, que a norma regimental a ser criada, em uma resolução do
916 CoG, disciplinando a aceitação de reingressos para habilitações ou ênfases
917 diferenciadas do curso anteriormente realizado. Em síntese, a recomendação é
918 de proibição de reingresso no mesmo curso em que o aluno já se graduou. Mas

919 o reingresso poderia ocorrer em outras habilitações e em outros cursos da
920 Universidade de São Paulo, que não o que ele já havia cursado. Esse parecer
921 da Procuradoria voltou para a Câmara de Avaliação e Normas da Pró-Reitoria,
922 que acatou a decisão e a proposta foi aprovada no Conselho de Graduação de
923 27 de agosto de 2020. A partir daí, encaminhamos à Secretaria Geral da
924 Universidade de São Paulo que, por sua vez, remeteu-a à CLR. Esse é o
925 resumo do caso.” **M. Reitor**: “Obrigado. O Professor Hernandes está me
926 lembrando que a proposta é para toda a Universidade. Agora, logicamente,
927 quem fez bacharelado e vai fazer licenciatura ou vice-versa, é outro curso.
928 Portanto, não está incluído nesse caso.” **Cons. Humberto Gomes Ferraz**:
929 “Vou tentar esclarecer isso que considero uma discrepância, algo que não
930 deveria ter acontecido, é uma coisa absurda. Acho que é uma atitude isolada
931 de um aluno, é obviamente um caso excepcional, não estamos acostumados a
932 tratar isso na Universidade, muito menos na Faculdade de Ciências
933 Farmacêuticas. Esse aluno graduou-se, colocou grau e depois prestou o
934 concurso vestibular e foi novamente aprovado para o curso de Farmácia e
935 Bioquímica. E se matriculou. Apesar da resistência, do questionamento da
936 nossa Comissão de Graduação, representada à época pela Professora Tânia,
937 de que isso não faz sentido. Cumpra esclarecer que não foi um reingresso para
938 aquele dispositivo que alguns alunos utilizam para anular aquelas notas ruins e
939 reiniciar o curso próximo ao jubileamento. Não se trata disso. Ele obteve o grau
940 de farmacêutico e regressou novamente no mesmo curso. É uma discrepância.
941 Foi solicitado a esse aluno que ele fizesse uma exposição de motivos para
942 esse reingresso e se o senhor me permitir, tenho aqui o que ele falou.
943 'Exposição de motivos de novo ingresso em curso de Farmácia e Bioquímica.
944 Eu, nome do aluno, dados, venho por meio deste documento esclarecer o
945 motivo do meu reingresso no curso de Farmácia e Bioquímica da USP. Estou
946 presentemente matriculado no curso de mestrado do programa (um programa
947 fora da FCF), sob orientação da (nome da professora), como pode ser
948 verificado no comprovante em anexo. Curso que vai se encerrar em 2019.
949 Tenho a intenção de prosseguir na carreira acadêmica, ingressando assim, em
950 possível doutorado, preferencialmente fora do Brasil. No entanto, acredito que
951 haverá um hiato de alguns meses entre o encerramento do meu mestrado e o
952 início do novo curso. Durante esse período, pretendo manter-me ativo na

953 comunidade científica, seja adiantando as pesquisas bibliográficas do
954 doutorado, seja produzindo artigos independentemente. Para cumprir esse
955 objetivo, o acesso à base de dados da Universidade de São Paulo é uma
956 ferramenta extremamente conveniente, o que me levou a contemplar o
957 reingresso na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP. Existem
958 vantagens menores atreladas ao vínculo com a Universidade de São Paulo,
959 que foram abordadas em conversas direto com a vice-diretora da Faculdade de
960 Ciências Farmacêuticas. A razão abordada acima é a principal delas. Assim
961 que obtiver a matrícula no curso de doutorado, tenho a intenção de cancelar
962 minha matrícula atual na Faculdade de Ciências Farmacêuticas, a fim de liberar
963 a vaga presentemente ocupada para a transferência de um novo aluno.' Essa
964 foi a exposição de motivos entregue à Comissão que, na impossibilidade de
965 não aceitar essa matrícula, aceitou a matrícula do aluno. Entretanto, para
966 esclarecer, o aluno se matriculou e não frequentou no primeiro e no segundo
967 semestre, logo, por esse dispositivo, ele foi desligado. Hoje ele não está no
968 quadro de alunos da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Porém, ele foi
969 aprovado em outro concurso vestibular na Universidade de São Paulo e hoje
970 está matriculado em outro curso na USP. Essa é a situação.” **Cons. Paulo**
971 **Martins**: “Fiquei muito curioso quando li esse processo e tendi a não acatar a
972 proposição que está sendo feita hoje ao Conselho Universitário, por um motivo:
973 parece-me ser uma questão de terminologia. Uma coisa é curso, outra coisa é
974 habilitação ou ênfase. Se eu pego o curso de Letras, por exemplo, o estudante
975 entra no curso de Letras - o curso é Letras - e ele se forma na habilitação
976 português e inglês. No ano seguinte, preocupado com o mercado de trabalho,
977 ele resolver fazer o mesmo curso de Letras, na habilitação francês e alemão. O
978 reingresso desse aluno é no curso e não na habilitação. Se proibirmos no
979 curso, estaremos tirando a oportunidade legítima em nome de algo
980 absolutamente impensável, que é justamente o fato do rapaz expor esses
981 argumentos, os quais são absolutamente desprezíveis, do meu ponto de vista.
982 Ou seja, temos duas coisas: uma coisa é o fato de que o reingresso é justo a
983 partir do momento que você tenha a justeza do argumento. E é injusto quando
984 não tem a justeza do argumento. Na minha opinião - com todo respeito ao
985 egrégio Conselho Universitário - não acho que devíamos mudar o Regimento
986 ou nosso estatuto legal. Entretanto, se pudermos colocar ou fizermos um

987 adendo à proposta, colocando a ideia de habilitação ou ênfase, aí sinto-me
988 contemplado e acho até razoável. Penso na Poli. O estudante entra e faz o
989 biênio e se forma em Engenharia Mecânica. Depois pede o reingresso, via
990 vestibular, não teria direito de tirar o biênio da frente e ir adiante em seus
991 estudos? É essa a minha pergunta. Não sei, não sou da Poli. Coloco aqui a
992 minha preocupação, que é uma preocupação da minha Faculdade. Temos 849
993 vagas para Letras e isso é uma coisa importante.” **M. Reitor**: “Vou deixar todos
994 falarem para depois o Professor Baracat responder. Peço, encarecidamente,
995 que as perguntas e comentários sejam abreviados. Não estou usando os cinco
996 minutos, mas às vezes nos empolgamos. Já são 16h30 e temos um tópico
997 muito importante que são as nossas Diretrizes Orçamentárias.” **Cons.ª**
998 **Carmen Simone Grilo Diniz**: “Na verdade não pedi a palavra. Apenas
999 manifestei minha curiosidade, a qual já foi respondida. Queria saber os motivos
1000 por uma atitude tão usual. Mas isso já foi esclarecido. Acho que limitar o
1001 regresso, considerando a questão da habilitação, talvez resolva o problema.”
1002 **Cons.ª Rosangela Itri**: “Uma colocação - até para o Professor Baracat - em
1003 relação a esse tema. Existe a possibilidade do aluno, uma vez formado,
1004 reingressar como aluno especial, e depois de certo período poder virar aluno
1005 regular. Então, isso já existe na Universidade, via graduação. Como aluno
1006 especial, ele pode reingressar, fazer uma habilitação e conseguir também, no
1007 fundo, reingressar sem que seja via vestibular. Gostaria que o Professor
1008 Baracat também abordasse um pouco esse tema.” **Cons. Marcelo Knörich**
1009 **Zuffo**: “Sou absolutamente contra o reingresso do aluno, mas quero deixar
1010 claro que, às vezes, por falta de flexibilidade da Universidade, não é na
1011 verdade o gozo de um benefício completo que ele quer, mas talvez a
1012 Universidade de São Paulo seja muito dura, pois ela literalmente expulsa o
1013 aluno depois que ele se forma. Tenho visto em várias Universidades
1014 americanas que elas mantêm esse vínculo sempre com o aluno, dentro do
1015 conceito de alma mater. Às vezes, meus alunos querem ter o benefício do
1016 acesso a uma base de dados, a manutenção do e-mail - o MIT mantém os e-
1017 mails dos alunos para sempre. Acho que tínhamos que ter um pouco de bom
1018 senso e, nesses casos em que os alunos querem manter algum vínculo com a
1019 Universidade, sem prejuízo ao seu orçamento, dentro de uma ideia de
1020 contribuição acadêmica, precisaríamos ser um pouco mais flexíveis, para que

1021 situações como essa não ocorram.” **Cons. Edmund Chada Baracat**: “Talvez
1022 não tenha ficado claro. Quando existe um curso único, como o de Farmácia,
1023 por exemplo, onde o aluno reingressou sendo que já havia sido graduado, a
1024 recomendação é que seja proibida essa forma de reingresso. No caso, por
1025 exemplo, do curso de Letras, da Faculdade de Filosofia, que tem um grande
1026 número de ênfases e habilitações diferentes, ele poderia entrar no curso de
1027 Letras, mas em outra habilitação, que não a que ele já havia cursado
1028 anteriormente. Acho que essas são as duas opções e vai de encontro ao que o
1029 Professor Paulo Martins colocou. Acho que de maneira sintética, são as duas
1030 eventualidades: entrar no mesmo curso em que já se graduou, vedado; entrar
1031 no mesmo curso em que já cursou, mas em outra ênfase ou outra habilitação,
1032 permitido. São essas as duas possibilidades.” **Cons. Floriano Peixoto De**
1033 **Azevedo Marques Neto**: “Acho que há um consenso absoluto em torno de
1034 todos os pontos. Primeiro, pelo que me parece, destacado o apontamento que
1035 não é estatutário, do Professor Zuffo, há uma concordância de que não é
1036 possível um aluno ocupar duas vezes a mesma vaga, na mesma habilitação,
1037 no mesmo curso, isso é um recurso escasso, portanto, não faz muito sentido.
1038 As ponderações do Professor Paulo - acho que o Professor Baracat bem
1039 endereçou - podem, inclusive, ter outras situações. Por isso, é sempre bom,
1040 quando debatemos isso, olharmos qual é a proposta normativa que está em
1041 discussão. Leio aqui, porque a margem já está aberta para isso. Claro que não
1042 é o caso de se abrir todas as exceções em uma mudança no Regimento Geral,
1043 porque sempre vai sobrar alguma coisa. Então, qual a fórmula que foi
1044 concebida? Fica proibida a matrícula, inciso VII, 'se verificado que o aluno já
1045 tenha anteriormente sido diplomado pela USP, ou cumprido todos os requisitos
1046 para a obtenção do referido diploma, no mesmo curso de graduação em que
1047 esteja solicitando a matrícula, cabendo ao CoG regulamentar as situações
1048 excepcionais em que a matrícula será admitida'. Ou seja, fica endereçada a
1049 vedação de nova matrícula no mesmo curso de graduação e o CoG vai
1050 disciplinar as situações excepcionais que envolverão o caso específico da
1051 Letras, que tem um curso com várias habilitações; a hipótese que eu nem
1052 saberia dizer se é enquadrável ou não, da Poli, com a liberação do biênio; etc.
1053 Então, Professor Paulo, não me parece que o objetivo aqui seja proibir essa
1054 situação do candidato que se reapresenta para o vestibular para fazer outra

1055 habilitação na Letras. Lembro que na CLR foi, inclusive, lembrada a situação
1056 da Letras ou da licenciatura, em alguns cursos que tem bacharelado e
1057 licenciatura. A meu ver, o texto normativo que está submetido à aprovação já
1058 compreende a vedação e a válvula para o CoG abrir as exceções, com as
1059 quais não me parece haver divergência.” A seguir, o **M. Reitor** coloca em
1060 votação o **item 2.2. Votação.** Apurados os votos eletrônicos e os manifestados
1061 pelo chat, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 94 (noventa e quatro) votos;
1062 Não = 5 (cinco) votos; Abstenções = 6 (seis) votos; Total de votantes = 105
1063 (cento e cinco). É aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração do
1064 Regimento Geral da USP, objetivando proibir o reingresso de aluno formado
1065 pela USP no mesmo curso de graduação no qual obteve titulação. Ato
1066 seguinte, o Secretário Geral informa que foi enviado o link para as eleições, via
1067 Sistema Helios Voting, de um membro para a Congregação da EEL e dos
1068 membros para a EDUSP. Ato contínuo, o **M. Reitor** passa ao item 3 -
1069 **DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DA USP PARA 2021 E REVISÃO DO**
1070 **PLANEJAMENTO PLURIANUAL - 3.1 - PROCESSO 2020.1.9102.1.0 -**
1071 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Proposta de Diretrizes Orçamentárias da
1072 USP para 2021 e revisão do Planejamento Plurianual. **Parecer da COP:** aprova
1073 a proposta das Diretrizes Orçamentárias da USP para 2021 e a Revisão do
1074 Planejamento Plurianual (17.11.20). **M. Reitor:** “Iremos agora ao item 3,
1075 Diretrizes Orçamentárias para 2021. Quero lembrar aos Conselheiros mais
1076 recentes que já se tornou uma rotina se fazer a discussão do orçamento do ano
1077 seguinte dentro de um planejamento plurianual, então, não é uma coisa
1078 estranha é um hábito que estamos criando para termos uma visão de futuro
1079 muito mais clara. Vou pedir ao Prof. Frezatti que faça a apresentação
1080 começando pelo planejamento plurianual, para depois justificar as diretrizes
1081 orçamentárias para 2021.” **Cons. Fábio Frezatti (apresentação):** “Iremos
1082 tratar, portanto, das revisões. Todos receberam um documento junto com a
1083 pauta e na verdade vou identificar alguns dos aspectos, alguns dos tópicos
1084 desse documento em termos de esclarecimento e aprofundar. Teremos dois
1085 arquivos, um que vai tratar a revisão do planejamento plurianual, conforme o
1086 Prof. Vahan mencionou, é um documento de longo prazo que abrange um
1087 período de quatro anos e estamos percorrendo esse período, esse período é
1088 fixo e estamos avançando. E, na sequência, iremos detalhar as diretrizes

1089 orçamentárias, especificamente no que se refere à 2021. No primeiro *slide* são
1090 os conteúdos, na introdução os mecanismos do ponto de partida, é muito
1091 importante nesse ano que possamos falar um pouco do que aconteceu e está
1092 acontecendo com a nossa questão orçamentária de 2020 e, depois, a questão
1093 do cenário macroeconômico 2021 e 2022 - e aí propriamente o mecanismo, o
1094 planejamento plurianual na sua revisão, com prioridades, premissas da
1095 proposta que estamos colocando e os cenários alternativos. No próximo *slide*,
1096 primeiro é muito importante perceber que no planejamento plurianual é a
1097 primeira vez nesse período reitoral que trabalhamos com esse mecanismo, ele
1098 abrange um horizonte de 4 anos e já percorremos o ano de 2019, estamos
1099 terminando 2020 e, desta forma, faltam 2 anos. Esse mecanismo permite que
1100 identifiquemos questões estratégicas, os elementos priorizados da estratégia
1101 da Universidade enquanto visão integrada, a questão da sustentabilidade, o
1102 ponto de partida, ou seja, o momento em que olhamos a partir de que situação
1103 estamos projetando o futuro e o cenário de desempenho. Isso está por trás de
1104 uma visão mais de longo prazo, que é e está sendo fundamental do ponto de
1105 vista de gestão da Universidade. E o orçamento recebe em cada ano esses
1106 elementos e o importante é compatibilizar essa sequência, identificar o
1107 momento adequado em que as coisas serão viáveis, serão possíveis e o
1108 orçamento é um mecanismo de gestão, não só da Universidade como um todo,
1109 mas essencialmente em cada unidade, de forma que iremos falar sobre 2021 e
1110 2022 nesse primeiro momento. No próximo, só para lembrar, esses são os
1111 elementos quando olhamos a questão orçamentária, e aí saímos, no primeiro
1112 momento, na questão qualitativa - substantiva, mas qualitativa - e entramos na
1113 questão, vamos chamar de monetária. É importante perceber esses seis
1114 elementos e de alguma forma passamos por eles, então, primeiro a receita do
1115 ICMS, a transferência do Tesouro, que é construída segundo a segundo e
1116 estamos falando de um horizonte lá na frente, então as incertezas são grandes
1117 nesse sentido, as despesas que nos sustentam do ponto de vista das
1118 atividades, superávit ou déficit, então o superávit significa que a receita é maior
1119 do que o conjunto de despesas. E o contrário é verdadeiro, déficit significa que
1120 temos uma despesa superior às receitas e isso tem consequências, do ponto
1121 de vista de sustentabilidade, percentual de comprometimento com as pessoas
1122 quando iniciamos esse processo e, na verdade, a partir da Resolução nº 7344,

1123 que disciplina a questão da sustentabilidade, a meta é atingir no final do
1124 período em 2022, 80%. Total de despesas sobre as receitas do ICMS é um
1125 outro elemento importante, porque além da questão da sustentabilidade no
1126 sentido mais direto com a questão das pessoas, a Universidade precisa
1127 investir, ela tem que desenvolver gastos em ativos, equipamentos,
1128 manutenção, enfim, tudo aquilo que é necessário do ponto de vista das suas
1129 atividades e as reservas financeiras que, na verdade, representam, em um
1130 certo momento, o montante. E isso foi fartamente discutido aqui, não é uma
1131 sobra sem destinação, mas recursos para que a Universidade não pare, e isso
1132 será retomado um pouco mais à frente. Esses elementos são muito
1133 importantes porque representam de uma maneira estável, quer dizer, em cada
1134 revisão que fizemos, apresentação dos orçamentos dos anos anteriores, para
1135 que possamos ter uma lógica do que que é relevante nessa questão da análise
1136 e aprovação dos mecanismos. No próximo *slide*, esse gráfico significa o
1137 seguinte: a barra azul diz respeito à transferência do Tesouro, é o ICMS, e a
1138 barra vermelha, o total de despesas. Esse gráfico tem por objetivo mostrar o
1139 que aconteceu em 2020, o primeiro conjunto de barras diz respeito ao
1140 orçamento, podemos perceber que as receitas do ICMS eram inferiores ao total
1141 de despesas que tínhamos naquele momento. Em um segundo momento,
1142 março de 2020, percebemos uma queda na coluna azul, que diz respeito às
1143 receitas do ICMS e uma queda também nas despesas e assim por diante. O
1144 terceiro momento diz respeito à revisão de junho que apresentamos para o
1145 Conselho Universitário. O quarto conjunto diz respeito à revisão que foi
1146 apresentada ao Conselho Universitário em setembro e o último conjunto diz
1147 respeito à revisão que estamos fazendo para ser viável essa apresentação.
1148 Quero chamar atenção de algumas coisas, primeiro essa queda referente à
1149 coluna azul, ela não começa no zero, já começa com R\$ 4.600.000.000,00
1150 para que possamos ter uma ideia da magnitude dos recursos que estamos
1151 falando. Imagine o seguinte: no ano passado tínhamos R\$ 5.700.000.000,00;
1152 em março tínhamos R\$ 5.100.000.000,00, ou seja, R\$ 600.000.000,00 a menos
1153 e veja, com distribuição para as unidades, pandemia começando, isolamento, a
1154 Lei Complementar 173, que na verdade proporcionou essa redução da coluna
1155 vermelha, que diz respeito às despesas. Uma parte vem daí, uma parte veio
1156 dos gastos que entendemos como postergar isso para um outro momento. O

1157 que acontece nessa sequência é o contingenciamento, ele é algo que é feito
1158 do ponto de vista do Estado para as três Universidades Paulistas, no sentido
1159 da incerteza, mas podemos olhar pelo gráfico que essa coluna azul
1160 permaneceu até agora ao final do ano, quero dizer, ela foi sendo adaptada
1161 muito pouco ao longo do tempo, mas do ponto de vista de gestão, você tem
1162 que se perguntar qual é o recurso que você conta ao longo do tempo, e durante
1163 o ano também vivenciamos momentos muito difíceis com a PL 529 e a LDO
1164 627, que já foi mencionada pelo Reitor do ponto de vista de tensões, ou seja,
1165 qual recurso disponível para que a universidade continue. De forma que
1166 vivenciamos isso e foi bem complexo. E temos, ao final, um aumento, o que
1167 chamo de ajuste do Tesouro, é porque ele pode aumentar os recursos, mas
1168 não adianta você receber mais R\$ 1 bilhão ou R\$ 2 bilhões em novembro ou
1169 dezembro porque você não consegue gastar, então a síntese desse *slide* é
1170 gestão da crise, ou seja, as unidades foram preservadas, as distribuições foram
1171 mantidas, os salários continuaram. Por quê? Porque de alguma forma
1172 apostamos que os recursos disponíveis, em termos de reservas financeiras,
1173 nos proporcionariam isso; e de alguma forma, toda aquela discussão de 'u' ou
1174 'v' para voltar o ICMS, poderíamos proporcionar a recuperação. No próximo
1175 *slide*, da mesma forma que foi colocada sobre um gráfico, são os números
1176 referentes aos mesmos períodos, o orçamento para 2020, o que aconteceu em
1177 março, a revisão apresentada no Co em junho, revisão de setembro e esta
1178 revisão. Notem que em um primeiro momento, quando olhamos para o
1179 orçamento, é o resultado, as receitas menos as despesas já indicavam no
1180 orçamento referente ao Tesouro - que é o que importa, que é o que interessa
1181 para as resoluções que mencionei - já indicavam um déficit, mas apresentava o
1182 resultado total, receita menos despesa em termos totais na hora que incluímos
1183 outras receitas não vinculadas, o que que acontece é que já mostramos um
1184 equilíbrio, ou seja, zerando o déficit em março passamos a perceber que
1185 teríamos um déficit; atravessamos o ano e ao final, nesse momento, estamos
1186 percebendo que teremos um déficit, no final do ano de 2020, menor do que
1187 esperávamos no mês de março, mas afetando o indicador de sustentabilidade,
1188 porque a redução do ICMS tem sido - e foi - muito grande, então terminaríamos
1189 o ano com cerca de 88% de comprometimento. Então, a síntese desse quadro
1190 seria um cenário de excepcionalidade, qualquer modelo de planejamento têm

1191 incerteza, mas esse ano realmente superou as nossas expectativas. É isso que
1192 eu tinha a comentar em relação a 2020. Agora iremos avançar com o período
1193 de 2021 e 2022. Para que tenhamos as premissas, leia-se 'as questões
1194 numéricas', precisamos de um cenário que é um lado mais qualitativo - vamos
1195 chamar assim -, então temos alguns elementos e aí estamos mostrando uma
1196 comparação à versão atual do que estamos enxergando nesses itens do
1197 cenário e aquilo que foi mostrado para o Co há um ano atrás - os mesmos
1198 elementos. Então, no ambiente internacional, volatilidade alta, elementos
1199 políticos internos em termos de reforma estão em andamento, mas temos um
1200 tremendo ponto de interrogação, e aí evidentemente que a reforma tributária é
1201 um item importante, mas volto a ela daqui a pouco; relacionamento com o
1202 congresso turbulento, ou seja, o lado político bastante complexo é o cenário
1203 que estamos vendo para esse período. E os elementos macroeconômicos, em
1204 termos de PIB, inflação, juros, por exemplo, em termos de PIB 2020, aponta
1205 realmente para um valor negativo - vou apresentar daqui a pouco -, e
1206 crescimento para 2021 e 2022. Com relação a inflação, a expectativa de queda
1207 que tínhamos no ano passado tem se convertido em realidade, mas
1208 aparentemente estabilizando, então não teremos ou não existe uma
1209 expectativa tão grande de uma queda maior do que já aconteceu, houve
1210 algumas oscilações e com relação à taxa de juros, nunca tivemos uma taxa de
1211 juros tão baixa, mas espera-se alguns tipos de oscilação, dependendo
1212 evidentemente do patamar do déficit que venhamos a ter, e ele parece ser
1213 realmente muito significativo para 2021. No próximo *slide*, terminando a
1214 questão de cenário, quando a gente olha para o Estado de São Paulo, as
1215 Secretarias, não vou fazer grandes comentários, mas tivemos embates difíceis,
1216 complexos, vamos chamar assim, e a experiência recente mostra que não é
1217 um ambiente tão simples de se lidar. A tendência da evolução do ICMS é de
1218 crescimento para 2021/2022, de forma que as várias visões econômicas
1219 apontam para isso, até porque uma queda em 2020 proporciona uma certa
1220 recuperação da economia. Esse crescimento e a discussão sobre reforma
1221 tributária - que na verdade muitas mudanças aconteceram em relação aos dois
1222 últimos anos -, as discussões, as apostas em relação ao direcionamento preferi
1223 colocar três pontos de interrogação, levando em conta, como critério, que
1224 estamos pressupondo que embora possamos ter várias alternativas do ponto

1225 de vista de *time* e do ponto de vista de impacto no estado que teríamos um
1226 período transição, então essa premissa é importante no trabalho a ser
1227 apresentado. No próximo *slide* temos um lado qualitativo que quero resgatar
1228 em função do primeiro *slide* que mostrei: estratégias para o longo prazo e
1229 sustentabilidade econômico-financeira; em termos de estratégias para o longo
1230 prazo, as prioridades que temos para 2021, em princípio em decorrência da Lei
1231 Complementar 173, o nosso espaço de manobra é menor. As prioridades
1232 seriam a permanência estudantil, investimentos em ativos como:
1233 equipamentos, edificações, obras de acessibilidade, segurança, manutenção
1234 predial, ou seja, a Universidade precisa de recursos para se manter de uma
1235 maneira ativa, moderna, atualizada do ponto de vista das suas demandas. E a
1236 permanência estudantil tem sido sempre uma prioridade relevante. Por sua
1237 vez, em relação a 2022, as projeções que vocês vão ver indicam a
1238 disponibilidade de recursos para contratação de docentes, a progressão
1239 horizontal, reajustes salariais, permanência estudantil e esses mesmos
1240 investimentos com dosagens que deveremos especificar no momento
1241 adequado. E com relação à sustentabilidade econômico-financeira, o
1242 comprometimento de 80% não será alcançado em 2022, a menos que
1243 tenhamos uma surpresa muito grande do ponto de vista da recuperação da
1244 economia. Zerar o déficit é o que estamos projetando, mas o déficit referente
1245 ao Tesouro é mais complexo do ponto de vista de atingimento e dependeria
1246 também de um sucesso maior na recuperação da economia. Por outro lado, a
1247 manutenção da reserva financeira, como comentei anteriormente, proporcionou
1248 à Universidade a condição de continuar as suas atividades em uma pandemia.
1249 Temos lido os jornais, temos visto as entrevistas sobre o que acontece com a
1250 Europa, alguém já fala em terceira onda, sem terrorismo, sem pânico, mas não
1251 podemos tirar ou esquecer desse tipo de perspectiva, e a reserva é
1252 fundamental para que possamos ter paz; o que aconteceu em 2020 e que de
1253 alguma forma nos permite olhar para o futuro de uma forma profissional. No
1254 próximo *slide*, as premissas estão aqui, a versão do ano passado contra a
1255 versão atual: o PIB está em linha e a inflação também, crescimento das
1256 receitas quando pegamos massa contra massa, estamos falando em um
1257 crescimento de 5,3% das receitas e das despesas 4,7%, um pouco menos de
1258 receita e um pouquinho mais de despesas em relação ao que foi mostrado para

1259 o Co no ano passado. No próximo temos um quadro que mostra a evolução,
1260 temos aí a demonstração de resultados, aqueles elementos que apresentei
1261 alguns *slides* atrás são os elementos chaves: ICMS, as despesas, os
1262 percentuais estão aqui, a projeção para 2021 tem um crescimento, referente às
1263 receitas do Tesouro tem também crescimento das despesas considerados no
1264 ano de 2021 e apresenta um déficit referente ao Tesouro, zeramos o déficit
1265 total. É um passo importante, mas que ainda depende mais de variáveis
1266 externas do que internas para atingir. Em 2022 ela é mantida da mesma
1267 maneira, tem um crescimento do ICMS e crescimento de despesas, então a
1268 lógica de crescimento do ICMS é uma combinação de inflação com o PIB e é
1269 isso que aplicamos na montagem dessas informações. Para um ano que
1270 tivemos todas as dificuldades, estamos acenando com uma melhoria do ponto
1271 de vista de redução do déficit do Tesouro e a manutenção daquelas prioridades
1272 estratégicas que comentei anteriormente. Existem duas outras alternativas que
1273 estamos mostrando - vocês receberam o documento - e a diferença da próxima
1274 dessa alternativa é para o ano de 2022, só isso que foi alterado, e um PIB um
1275 pouco menor do que aquilo que está sendo considerado para 2022, também a
1276 manutenção do zerar o déficit total e a manutenção ainda do déficit referente
1277 ao Tesouro, mantendo o percentual abaixo dos 85% de comprometimento e
1278 gasto com pessoal em relação à receita do Tesouro. No próximo *slide* o
1279 crescimento do ICMS é afetado apenas no ano de 2022, continuando zerando
1280 o déficit total e o benefício dessa maior estimativa referente ao ICMS está
1281 direcionado para o aumento de despesas, é isso que mostra esse *slide*. Vamos
1282 para o último *slide*, ele é um resumo, quero dizer, no final da história o que
1283 estamos enxergando em um horizonte - nesse momento um horizonte mais
1284 longo de dois anos. Primeiro, que as decisões, as prioridades estratégicas
1285 foram mantidas, mas não foram, já que não foi possível implementá-las em
1286 2020 e 2021, no que diz respeito às pessoas e aos investimentos como um
1287 todo, tanto em 2021 quanto em 2022. Mostramos que apesar da crise
1288 inigualável que sofremos nesse período, ainda temos resultados que não são
1289 um desastre, pelo contrário, comparando com outros ambientes ele tem
1290 aspectos importantes de reação e as fragilidades são os riscos do cenário
1291 político, do cenário econômico e riscos ligados à pandemia, que todo dia
1292 aprendemos alguma coisa nova. De forma que a super síntese dessa

1293 apresentação - e que é um plano viável para o momento - é um plano que a
1294 COP recomenda para o Conselho Universitário, no que diz respeito à revisão
1295 do planejamento plurianual. Tem mais um *slide* que mostra toda a estrutura de
1296 apoio que proporcionou condições de gerar esse trabalho. Prof. Vahan, tenho
1297 mais uma etapa, o senhor prefere que a discussão ocorra agora e depois
1298 continuo?” **M. Reitor**: “Acho que talvez apresentando os detalhes do orçamento
1299 de 2020 e 2021 possamos fazer uma discussão mais concentrada. O Prof.
1300 Renato Jardim, que é o nosso Controlador Geral, também falará depois de
1301 você, para termos todas as informações e as pessoas, de uma única vez,
1302 poderão fazer todas as perguntas.” **Cons. Fábio Frezatti (apresentação)**:
1303 “Dando sequência, peço que projetem a apresentação das Diretrizes
1304 Orçamentárias para 2021. Se o primeiro arquivo diz respeito ao planejamento
1305 plurianual e tem uma preocupação conceitual, eu diria até mais abstrata
1306 mesmo, porque o horizonte é maior no segundo, teremos alguns níveis de
1307 detalhes, ou seja, um pouco mais de informação e focando o ano de 2021.
1308 Esse primeiro *slide* mostra a evolução do PIB do país, essa expectativa é
1309 pública, existem discussões variadas, esse número pode chegar a 5% um
1310 pouco mais, mas ninguém está falando no desastre anterior que se falava e
1311 pensava no mês de março/abril, por exemplo. E a sequência, quero dizer, uma
1312 expectativa de que exista um crescimento em 2021, mas existia, não
1313 necessariamente, fôlego para a manutenção do mesmo patamar de
1314 crescimento em 2022, 2023, 2024. Qual é a mensagem aí? Saímos de um
1315 momento de depressão muito grande e verificado em 2020, uma recessão
1316 muito forte e que existia uma recuperação para o ano de 2021. Essa é uma
1317 mensagem importante, bem macro e importante. O próximo *slide* é mais
1318 específico, é uma variável fundamental para as Universidades paulistas e sem
1319 dúvida a USP, e aqui está sendo mostrado a evolução, o crescimento da
1320 receita do ICMS do Estado para o ano. Quero lembrar a todos que em março
1321 essa queda que está sendo estimada em torno de 4,5%, redução do ICMS do
1322 Estado e esse número tem variado também entre 5% a 6%, mas
1323 aparentemente esse número mostrado aqui é o mais provável, mas já chegou a
1324 ser 11% ou 15%, um desastre muito pesado na economia, que felizmente não
1325 está acontecendo. E em função de ter caído para 2021, existe uma expectativa
1326 de recuperação em termos de comparação de base, alguém que tenha uma

1327 perda de 5% ou 6%, o crescimento, por exemplo de 6% vai dar um percentual
1328 maior do que os 6% que ele perdeu. Esse fenômeno está acontecendo e está
1329 refletindo como tendência dentro do que vai ser apresentado. No próximo *slide*,
1330 da mesma forma isso é uma evolução, aqui pegando a média móvel de 12
1331 meses para justificar os 4% é uma realidade em 2020, em 2021 pode ser
1332 alguma coisa menor, mas dependendo do período poderemos ter alguns picos,
1333 então, para mostrar que os 4% de inflação que estamos considerando tem
1334 sustentação e é muito interessante esse momento que estamos vivendo -
1335 porque lá atrás em março, abril e maio tivemos muita dificuldade de utilizar
1336 essa informações projetadas, porque os modelos demandam uma quantidade
1337 grande de dados e quando o passado se rompe do ponto de vista de
1338 tendência, fica complicado projetar o futuro - eu diria que estamos melhorando.
1339 Evidentemente que conto com a atenção de todos, mas especialmente esse
1340 quadro é bastante importante para entender a nossa sequência, ele mostra
1341 como temos a informação por parte do Estado de São Paulo para a receita do
1342 Tesouro. Até o ano passado era uma conta, pegar os R\$ 118.962.682,00
1343 aplicar o 5,03% e assim por diante. Essa informação vem do Estado, só que
1344 tem uma coisa diferente nesse momento, com toda essa questão da discussão
1345 da LDO, da especificação do orçamento do Estado, surgiu um
1346 contingenciamento que poderia acontecer em janeiro, fevereiro ou em qualquer
1347 momento, o Estado pode usar esse mecanismo como precaução e como
1348 sinalização em termos de incerteza do ICMS, só que agora está sendo incluído
1349 no documento. Então, na verdade, temos uma informação que é uma conta: o
1350 5,03%, mas temos o contingenciamento de R\$ 361.660.000,00 que nos gera o
1351 recurso dos R\$ 5.573.190.000,00, essa conta é importante, essa estrutura de
1352 definição de valor é diferente do que tivemos nos anos anteriores. O próximo
1353 *slide* é um quadro que todos já viram, mostrei esse quadro na apresentação
1354 referente ao planejamento plurianual e ele mostra as receitas dos R\$
1355 5.573.190,00. Sobre outras receitas, aqui temos juros, aluguéis, coisas desse
1356 gênero, destacadas as despesas com Pessoal - como mencionei
1357 anteriormente, essa projeção é muito próxima do ano de 2020 -, outros
1358 custeios e investimentos, a verba básica está aqui, investimentos em
1359 equipamentos, acessibilidade, enfim, modernizações estão nessa outra
1360 dimensão. E como mencionei, para 2021 esse item é um item especialmente

1361 importante, os precatórios que são corrigidos e, com isso, chegamos ao
1362 resultado perante o Tesouro. Uma informação que é fundamental para a
1363 Universidade é que teremos um déficit inferior ao ano de 2020, mas ainda um
1364 déficit, e estaremos zerando o resultado total - o déficit total da Universidade - e
1365 mantendo indicadores de sustentabilidade abaixo dos 85%, que é muito
1366 importante do ponto de vista de termos liberdade para ações de gestão em
1367 relação às pessoas em 2022. As variações estão aí e, de alguma forma, essa é
1368 a síntese para o ano de 2021. Há alguns detalhes que gostaria de apresentar.
1369 No conjunto, estamos mostrando as principais linhas e nesse primeiro
1370 momento, as linhas referentes a Pessoal é a mais relevante. Temos aí o
1371 conjunto de gastos que separamos entre ativos e aposentados. No que diz
1372 respeito a funcionários ativos, alguém pode perguntar: não contratamos
1373 ninguém? Tem uma variação, tem um gasto maior? Tem, porque durante o ano
1374 de 2020, no início do ano, tivemos o impacto daqueles concursos que
1375 ocorreram no ano anterior, e no ano de 2021 teremos 12 meses e no ano de
1376 2020, não. Diria que esse é o item mais relevante, as provisões seguem a
1377 lógica técnica na sua montagem, acho que esses são os principais itens. No
1378 próximo *slide*, com relação a outros custeios e investimentos, estamos
1379 mostrando – aliás, essa é uma linha difícil de estimar, revisar, prever, porque é
1380 nessa linha que temos os gastos das unidades e, certamente, com o SIAFEM
1381 aberto, as pessoas ainda estão gastando, mas essa é a melhor estimativa que
1382 temos e temos um crescimento grande para custeio e investimentos; a verba
1383 básica está dentro e os investimentos também. Diria que os principais itens são
1384 esses. O último item diz respeito àquilo que chamamos de reservas financeiras,
1385 do ponto de vista estritamente técnico, esse é o item mais difícil de estimar,
1386 porque é caixa. Temos toda uma movimentação que ocorre durante o ano
1387 antes do fechamento do SIAFEM, empenhos, enfim, projetos que de alguma
1388 forma estão em andamento e representam para a Universidade a flexibilidade
1389 que ela teve durante 2020 que proporcionou condições de atuação de trabalho
1390 mesmo em uma condição adversa, não só da pandemia, mas de uma
1391 discussão política muito difícil realmente de lidarmos, mas que tivemos com
1392 muito sucesso. O último *slide* apresenta o grupo e quero agradecer pela
1393 oportunidade, representando a COP. A COP recomenda, tanto a revisão do
1394 planejamento plurianual quanto das diretrizes orçamentárias para o ano de

1395 2021. Agradeço a oportunidade e devolvo a palavra.” **M. Reitor**: “Muito
1396 obrigado, Prof. Fábio, pela sua apresentação. Pedirei ao nosso Controlador
1397 Geral, Prof. Renato de Figueiredo Jardim, que faça também a sua
1398 apresentação, para depois darmos início aos debates.” **Cons. Renato de**
1399 **Figueiredo Jardim (apresentação)**: “Na verdade essa apresentação é nada
1400 mais nada menos do que o cumprimento do acompanhamento das diretrizes
1401 orçamentárias e do planejamento plurianual. O primeiro *slide* é só para instruir
1402 o colegiado, porque, no fundo, essas duas normativas: a Resolução nº
1403 7344/2017, que criou os parâmetros de sustentabilidade e o seu adendo, que
1404 ocorreu em 2019, que foi uma alteração bastante razoável, remete à
1405 Controladoria Geral simplesmente para fazer um acompanhamento, não só das
1406 diretrizes orçamentárias, mas também da revisão do planejamento plurianual e,
1407 obviamente, ver se está sendo cumprida essas normativas. No fundo é isso e
1408 quem tiver alguma dúvida acerca disso, por favor, nos contate pelo e-mail:
1409 controladoria@usp.br que estaremos à disposição para sanar qualquer tipo de
1410 dúvida que, eventualmente, tenham. O segundo o *slide*, apresenta o formato da
1411 apresentação, essa apresentação tem, na verdade, dois pontos, ou seja, dois
1412 itens grandes (grandes entre aspas): o primeiro que chamei de A - Avaliação
1413 do Pontos levantados pela Controladoria Geral (CG) no ano de 2019, ou seja,
1414 na verdade o meu objetivo aqui é confrontar o que foi sugerido pela
1415 Controladoria no ano de 2019 e observar o que foi feito nessas duas peças
1416 orçamentárias que todos acabaram de ouvir do Prof. Frezatti. O segundo, que
1417 é só um *slide*, são as sugestões que a Controladoria tem para serem
1418 implantadas no ano de 2021. Obviamente, há uma defasagem de um certo
1419 intervalo de tempo, compreendido aproximadamente 10 meses. Vou iniciar
1420 então, dizendo o que a Controladoria basicamente solicitou à COP, à CODAGE
1421 e à APO - onde APO é a Assessoria de Planejamento Orçamentário - e são
1422 praticamente sete itens que foram solicitados ou foram confrontados em
1423 relação às diretrizes orçamentárias desse ano. Esse, portanto, foram feitos em
1424 2019 e aqui vem o comentário da Controladoria, em verde, de 2020. O primeiro
1425 ponto era acerca da manutenção da elaboração de ao menos duas revisões
1426 orçamentárias ao ano, ou seja, o plano deveria ser revisado pelo menos duas
1427 vezes ao ano. A ênfase do levantamento da questão é exatamente essa. A
1428 Controladoria agora, baseado na documentação enviada, emitirá o seu

1429 parecer. A proposta dessa revisão orçamentária do primeiro semestre - o
1430 Frezatti já falou um pouco acerca disso - foi muito prejudicada pelo
1431 contingenciamento de aproximadamente R\$ 590.000.000,00 promovida pelo
1432 Governo do Estado, e isso ocorreu exatamente no mês de abril; via de regra
1433 essas revisões orçamentárias são conduzidas no mês de maio, portanto, isso
1434 foi bastante prejudicado. Por outro lado, é importante salientar que esse
1435 questionamento levantado em 2019 foi cumprido. Por quê? Porque como está
1436 no item 3 da apresentação, na verdade foram duas revisões orçamentárias
1437 feitas, uma no mês de junho - quem acompanhou o Co viu a apresentação que
1438 foi feita pela COP - e, mais recentemente, no mês de setembro. Obviamente,
1439 isso tudo foi feito com um dado muito importante: sem ônus financeiro às
1440 Unidades de Ensino e Pesquisa, Institutos e outros. Embora tenha havido o
1441 contingenciamento, não houve ônus imediato às Unidades, Museus, Institutos e
1442 outros que compõem a USP. No próximo *slide*, um segundo ponto levantado
1443 em 2019 basicamente foi que havia um agrupamento de três documentos em
1444 um único: as diretrizes, a revisão e um ensaio de relatório no fechamento. E a
1445 CG recomendou que essas peças orçamentárias viessem para o Co de uma
1446 maneira separada. Gostaria de evidenciar para os colegas - tenho uma certa
1447 experiência com esse tipo de coisa - essas três peças orçamentárias embora
1448 sejam diferentes (entre aspas), existe uma correlação muito grande, uma
1449 dependência muito marcante entre elas, por exemplo, o plurianual, que o Prof.
1450 Frezatti acabou de apresentar - inclusive apresentou em primeiro lugar -
1451 constitui tarefa que depende fundamentalmente do conteúdo das diretrizes
1452 para o ano seguinte, e esse também é o ponto de partida para propor um
1453 planejamento plurianual. Portanto, com base nisso que acabei de dizer no item
1454 1 em verde, a CG entende que essas diretrizes orçamentárias constituem um
1455 conjunto de pontos relevantes para a revisão do PPA, e, portanto, devem fazer
1456 parte da documentação enviada aos Conselheiros do Conselho Universitário,
1457 independentemente da forma, para uma análise imparcial e precisa por parte
1458 dos Conselheiros. A CG não enxerga como constituindo um vício formal a
1459 partição dessa documentação, mas sim uma alternativa didática. Embora a
1460 documentação recebida tenha vindo em conjunto, a apresentação do Prof.
1461 Frezatti deixou isso claro, pelo que eu acabei de ver - ou que nós acabamos de
1462 ver. Tem agora um terceiro ponto que foi levantado e no próximo *slide*, quando

1463 tem um asterisco vermelhinho que é a nota do redator, corresponde àquele
1464 documento de 2019 ao qual estamos falando, que foi a base de 2020. O outro
1465 ponto que foi levantado é a análise mencionando a previsão de receita
1466 proveniente da chamada Lei Kandir, que para quem não é familiarizado, é a
1467 famosa desoneração do ICMS privilegiando as exportações, portanto, esse
1468 seria um repasse do Governo Federal aos Estados e Municípios, no sentido de
1469 compensar a perda por ICMS - ela é compensatória. Primeiro, é importante
1470 deixar o Colegiado instruído que a Lei Kandir, esse repasse, não ocorre há três
1471 anos, ou seja, desde 2018. É muito provável que vocês tenham ouvido isso
1472 acerca da Lei Kandir na discussão da reforma da previdência a nível federal; e
1473 outra coisa que devem ter ouvido nesses dias atrás, que acho que foi depois
1474 que as peças orçamentárias foram enviadas para o Co, é que foi aprovado no
1475 Senado, na semana passada, um projeto de lei que é a continuação do 511 de
1476 2008, de R\$ 62 bilhões pelo Governo Federal a Estados e Municípios, mas isso
1477 ainda não foi homologado, portanto, na verdade, os recursos provenientes da
1478 Lei Kandir certamente não virão para essa peça orçamentária. E é isso que
1479 digo no item 2. Se prestarem atenção na peça que foi enviada pela COP, verão
1480 nas páginas 4 e 5 que tratam desse assunto, ou seja, apenas vou repetir aqui o
1481 que está escrito lá até o final do parágrafo, assim como em 2020, não há
1482 expectativa de transferência desse recurso por parte do Governo Federal no
1483 próximo exercício, portanto, isso foi cumprido pela trinca COP, CODAGE e
1484 APO. Tenho mais quatro itens. O próximo *slide* - e isso foi também comentado
1485 na apresentação do Prof. Frezatti - corresponde exatamente à metodologia
1486 para projeção de fechamento da receita e despesa daquele ano de 2019, e de
1487 novo tem uma nota do redator, já participei da COP durante diversos anos e
1488 uma das coisas que temos na Universidade é exatamente esse tipo de
1489 problema no final do ano. A projeção de fechamento, tanto da receita como da
1490 despesa no ano fiscal depende de diversos parâmetros, primeiro que ela
1491 depende de uma liberação de recursos por parte do Governo - a quota parte,
1492 que na verdade você nunca sabe quanto é, há uma previsão, mas com certeza
1493 não tem; mais ainda: os gastos com custeios e investimentos e a execução
1494 orçamentária, entre muitos outros sob a responsabilidade das Unidades
1495 também prejudicam bastante esse fechamento no final do ano. Tenho certeza
1496 que o Prof. Frezatti está atento a isso, a COP também, assim como a

1497 CODAGE, mas são parâmetros difíceis de serem monitorados com uma lupa,
1498 ou seja, com detalhes a níveis microscópicos. Nesse contexto,
1499 independentemente dessa metodologia a ser empregada, a recomendação da
1500 CG nesse caso é a constante atualização de dados em todos os Sistemas da
1501 USP, porque na verdade isso depende muito dos dados que chegam, não só à
1502 CODAGE, mas também à COP, no sentido de aprimorar cada vez mais o
1503 fechamento, ou seja, receita, despesa no final do ano, de tal maneira que a
1504 previsão seja a mais confiável possível. Essa é a recomendação, embora não
1505 esteja nas recomendações. O próximo *slide* - o Prof. Frezatti também já
1506 abordou esse ponto na sua apresentação - acho importante porque o conceito
1507 de superávit é muito diferente, dependendo de qual Unidade você bate à porta,
1508 mas no fundo, o que estou falando é que foi dito em 2019 pela CG exatamente
1509 a metodologia para se apurar o superávit. Na verdade, essas análises que são
1510 feitas - e aí vem o comentário com relação a 2020 - se vocês prestarem
1511 atenção na peça orçamentária que foi enviada pela COP, a tabela 4 da página
1512 10 primeiro indica que não houve superávit financeiro nos anos de 2018, 2019
1513 e muito provavelmente em 2020. E aqui é importante entender como é que se
1514 trabalha com superávit financeiro, que é a diferença entre o total das liberações
1515 de recursos do Tesouro do Estado, o chamado quota parte da USP sobre a
1516 arrecadação, e o total pago das despesas gerais da fonte Tesouro, portanto,
1517 essa fonte, também depende da transferência de recursos que temos até o
1518 final do ano. Estamos avaliando alguma coisa que vai ser para o ano que vem,
1519 mas sequer sabemos quanto a USP irá receber no mês de dezembro. É difícil
1520 acomodar tudo isso dentro de uma panela só. A reserva patrimonial de
1521 contingência, prevista também nos parâmetros de sustentabilidade, está ligada
1522 exatamente a esse superávit; no fundo, se olharmos com calma a Resolução nº
1523 7344, acrescida da Resolução nº 7783/2019, na verdade a reserva patrimonial
1524 é alimentada exatamente por essa definição de superávit e, portanto, deve
1525 aparecer nas previsões orçamentárias quando existir, obviamente. No próximo
1526 *slide*, se olharem o que foi apresentado no ano passado, foi levantada uma
1527 questão com relação à contratação de servidores, embora isso não faça parte
1528 da peça orçamentária em tela, na verdade isso foi um trabalho que a
1529 Controladoria fez por ela mesma, na verdade as contratações de servidores
1530 para o HU foram por tempo determinado e foram feitas com recursos

1531 vinculados, foi um Projeto de Lei do Governo do Estado, o PL nº 367/2018 e os
1532 recursos repassados foram da ordem de R\$ 40 milhões, sendo distribuídos em
1533 duas parcelas iguais uma para alínea 'Custeio' e a outra para a alínea
1534 'Pessoal'. No próximo *slide*, um outro acompanhamento pela CG dos
1535 parâmetros de sustentabilidade e diretrizes foi com relação às informações
1536 sobre contratação - contratação de uma maneira geral - e verba para carreira.
1537 Foram apresentadas de forma minuciosa, dessa forma a CG, na época,
1538 entendeu ser necessário que essas informações que havia na peça
1539 orçamentária de 2020 se apresentassem com o devido acompanhamento da
1540 revisão, devo dizer que para o ano de 2021, devido a Lei Complementar nº
1541 173, que proíbe até o ano que vem a realização de concurso público federal,
1542 estadual, distrital, em razão da pandemia, segundo o entendimento jurídico no
1543 momento. Portanto, obviamente, a CG considera que isso deve fazer parte de
1544 uma peça orçamentária. Com base em um, o que acabei de dizer no item 1,
1545 não há previsão, na documentação enviada, de uma alínea específica que
1546 envolva gasto com contratações, em respeito obviamente a esta Lei
1547 Complementar. Dito isso, varrendo os anos de 2019 e 2020, agora a
1548 Controladoria gostaria de fazer recomendações para o tripé COP, CODAGE e
1549 APO para o orçamento, não de agora, mas que fossem elaboradas a partir de
1550 2021, que consta do próximo *slide*. A primeira delas é que seja elaborada uma
1551 revisão orçamentária no primeiro semestre no ano de 2021. Esperamos que a
1552 economia não tenha 'us' e nem 'vs' no ano que vem, de tal forma que seja
1553 possível uma revisão orçamentária no primeiro semestre. O segundo ponto é a
1554 apresentação - como o Prof. Frezatti já fez no Co - da revisão do plurianual
1555 como peça separada para o ano de 2021, ou seja, essas revisões plurianuais
1556 deveriam ser apresentadas, não estou dizendo sob o ponto de vista do material
1557 impresso, mas necessariamente na preservação do Co. Hoje, inclusive, foi
1558 muito boa a apresentação, de uma maneira geral, do Prof. Frezatti, mas mais
1559 especificamente com relação a isso, ficou muito mais claro. Tem um ponto aqui
1560 que acho bastante relevante, esse é o ponto que requer, na minha opinião, um
1561 trabalho um pouco mais coletivo. Na verdade, essas apresentações que estão
1562 sendo feitas são baseadas nessas duas normativas: na Resolução nº 7344 e
1563 na Resolução nº 7783, na verdade ela prevê basicamente que você faça um
1564 planejamento plurianual, mas que seja monitorado pela gestão reitoral. Os que

1565 participaram da COP junto comigo durante esses anos viram que a minha
1566 posição não é favorável a isso, acho que na verdade os parâmetros de
1567 sustentabilidade têm que ser uma política da USP, não uma política reitoral, ou
1568 seja, é uma política de estado e não de governo. Acho que isso deve ser
1569 preservado e, portanto, acho que uma ideia seria mudar exatamente na
1570 Resolução nº 7783 o parágrafo 2º do artigo 1º, dedicado à gestão reitoral. Isso
1571 deveria ser um fluxo contínuo e é isso que escrevo, ou basicamente, no item 3
1572 - ‘Embora não contemplada nas premissas das Resoluções nº 7344 de
1573 30/05/2017 e nº 7783 de 08/05/2019, recomenda-se que a proposta do PPA, a
1574 ser apreciada pelo Co em 2021, seja acompanhada daquela correspondente ao
1575 ano anterior (2020), do ano vigente (2021) e daquelas que compreendem um
1576 horizonte dos próximos três (03) anos 2022-2024, caracterizando uma média
1577 móvel de um (01) quinquênio ...’, ou seja, você teria o ano anterior, o ano fiscal
1578 e mais três anos e isso, na minha opinião, deveria independe da gestão
1579 reitoral. Deveria ser uma política da USP e não uma política de uma dada
1580 gestão reitoral. O último ponto, recomendo, via revisões do PPA, o
1581 monitoramento desses cenários, que na verdade já foram apresentados pelo
1582 Prof. Frezatti, para que seja preservado o limite de despesas totais com
1583 Pessoal (nível de comprometimento) nesse percentual de 85%, que é o artigo
1584 2º da Resolução nº 7783/2019, que foi o acrescido da Resolução nº 7344/2017,
1585 com respeito às liberações financeiras do recurso do Tesouro, ou seja, focado
1586 na quota parte da USP sobre a arrecadação do ICMS. De maneira geral, na
1587 verdade, a CG recomenda as peças apresentadas e também entende que uma
1588 parcela apreciável do que foi solicitado em 2019 é contemplada quase que
1589 totalmente no manuscrito enviado ao Conselho. Muito obrigado!” **M. Reitor:**
1590 “Obrigado Renato. Você fez uma análise bem detalhada e acho que os
1591 Conselheiros devem gostar de ter um controlador que, de fato, acompanha *Pari*
1592 *Passu*. Temos quase 20 inscritos e sugiro que 4 conselheiros façam as
1593 perguntas, depois o Fábio - e, eventualmente, o Renato, se tiver alguma coisa
1594 vinculada à Controladoria – responde, para conseguirmos ter um pouco de
1595 velocidade. Peço, encarecidamente, pois já são quase 17h45, que as
1596 perguntas sejam rápidas e as respostas também sejam mais sucintas.” **Cons.^a**
1597 **Raquel Rolnik:** “Muito obrigada, Prof. Fabio, pelo sempre muito atento
1598 acompanhamento da conjuntura, demonstrando como estamos. O que me

1599 preocupou foi o fato de que continua uma previsão de nenhuma possibilidade
1600 de qualquer mudança na situação salarial dos professores em 2021, apesar da
1601 Universidade de São Paulo estar abrindo um processo de progressão
1602 horizontal e muita gente estar se inscrevendo dentro desse processo. Sei que
1603 há uma vedação da Lei e etc., mas quero levantar aqui que houve também - e
1604 gostaria de ouvir a Reitoria a esse respeito - uma ação feita pela Adusp, para
1605 que a interpretação sobre essa vedação não fosse tão estrita como a que está
1606 sendo feita pela Universidade, permitindo, por exemplo, que os professores
1607 que fizeram concursos de livre-docência sejam passados para a categoria de
1608 associados e que os concursos de titular continuem acontecendo, que
1609 progressões continuem acontecendo e quinquênios, etc. Preocupou-me que
1610 nesse cálculo já está completamente vedando qualquer possibilidade de ajuste
1611 nesses termos. Acho que, para nós docentes, o que puder ser feito neste
1612 sentido em 2021 abre uma perspectiva muito importante diante de nossa
1613 situação, que está muito complexa do ponto de vista salarial. **Cons.^a Marly**
1614 **Augusto Cardoso**: “Vou dar continuidade aos apontamentos da Prof.^a Raquel.
1615 Quero também parabenizar o Prof. Fábio Frezatti pela excelente apresentação.
1616 Tenho acompanhado o Conselho nos últimos anos e vejo como nós evoluímos
1617 na apresentação dessas diretrizes orçamentárias, contextualizando o momento
1618 atual com o histórico dos anos anteriores. Então, muito obrigado Prof. Fabio,
1619 pela didática nessa apresentação, até achamos que entendemos dessas
1620 coisas, tornando isso uma maneira mais agradável para todos nós. Também
1621 tenho as mesmas questões que a Prof.^a Raquel em relação a essa previsão
1622 para 2021. Como anotei aqui, os itens das prioridades previstas para 2022 em
1623 relação à permanência estudantil, contratação de novos docentes, progressão
1624 horizontal e reajustes salariais, também, gostaria de ouvir um pouquinho mais
1625 sobre isso para 2021. Gostaria de propor e chamar a atenção, na medida do
1626 possível, acho que poderia ser incluído nas diretrizes orçamentárias da USP,
1627 uma previsão orçamentária para ações afirmativas para enfrentamento ao
1628 racismo em nosso ambiente acadêmico. Isso eu digo não só dentro da USP
1629 como um todo, mas também dentro de nossa sociedade, porque é muito
1630 importante ter ações voltadas para os investimentos estudantis que também
1631 incluam nossos alunos e alunas negras, mas a minha proposta vai além do
1632 fortalecimento das ações de apoio aos alunos negros e negras da USP, mas

1633 também em apoio a editais para projetos de extensão e pesquisa voltados para
1634 populações negras em nosso país. Que isso conste realmente em nossas
1635 diretrizes orçamentárias.” **Cons. Paulo Martins:** “Agradeço ao Prof. Fábio,
1636 sempre extremamente didático, inclusive ao telefone, quando pedimos que nos
1637 atenda e explique o que está acontecendo, sempre muito gentil e cordial.
1638 Agradeço ao Prof. Renato também, e quero dizer que o trabalho dele na
1639 Controladoria também é algo invejável, muito bom mesmo. A minha pergunta é
1640 muito simples. A LC 173 é controversa e todos sabemos disso. Ela é
1641 controversa em nível federal e também em nível estadual. As notícias que
1642 tenho, do ponto de vista federal, nas universidades federais, é que ela não está
1643 sendo levada tão a ferro e fogo como nós estamos aqui no Estado de São
1644 Paulo. Não vejo nenhum mal nisso. Acho que ‘prudência e caldo de galinha
1645 não fazem mal a ninguém’, de forma que é sempre bom sermos prudentes e
1646 precavidos, mas por outro lado, também vemos que recentemente, não só a
1647 primeira instância na vara da Fazenda Estadual, assim como no Tribunal de
1648 Justiça, tiveram uma opinião que se coloca basicamente de uma forma muito
1649 clara que é a seguinte: a Universidade, se quiser aplicar a LC 173, ela tem todo
1650 o direito, mas ao mesmo tempo, achei que isso foi um em cima do muro,
1651 terrível para todos nós diz que se não quiser aplicar também pode. A minha
1652 questão é: nós, como gestores, não devemos, em certa medida, pensar que de
1653 um lado a corda pode puxar para um lado ou para o outro e nesse sentido as
1654 nossas diretrizes orçamentárias não devem ter algum amparo dessa dubiedade
1655 do Tribunal de Justiça? Essa é uma questão e acho que isso é importante.
1656 Estamos falando de orçamento e sabemos que a peça orçamentária é uma
1657 previsão estudada, calculada e tudo mais, mas acho que temos,
1658 obrigatoriamente. Se vocês não concordarem, acho que temos que dar uma luz
1659 em cima dessa demanda, porque ela é importante e poderá vir uma demanda
1660 do Tribunal Superior que corrobore com o entendimento de que não vale para
1661 nós. Para as universidades federais, muitas delas, não está valendo; para as
1662 universidades estaduais, nem todas estão seguindo. Então temos que começar
1663 a ‘botar a barba de molho’ e entender que existem possibilidades razoáveis
1664 para que trabalhemos com orçamento. Não estou aqui querendo expendiar,
1665 estou querendo ser precavido, estabelecer alguns parâmetros básicos que
1666 garantam a aplicabilidade da Lei e parâmetros básicos para que a lei não seja

1667 aplicada.” **Cons. Marcelo Mulato:** “Minha fala é muito simples e o pedido mais
1668 simples ainda. Temos na USP a Orquestra Sinfônica da USP, o Coral da USP
1669 e, particularmente em Ribeirão Preto, temos a Orquestra USP-Filarmônica,
1670 muito importante para nosso campus de São Carlos. E apenas por um *lapso* de
1671 digitação, ela foi esquecida aqui nas diretrizes. Se olharmos na página 21,
1672 onde são citados os Órgãos centrais de apoios e serviços, aqui no item ‘d’, vai
1673 se estendendo e no seu único parágrafo, que está na página 22, cita
1674 especificamente a OSUSP, o Coral USP e ficou faltando a Orquestra USP-
1675 Filarmônica. Então, só pediria que ela fosse incluída, para podemos ter a
1676 administração correta.” **Cons. Fábio Frezatti:** “Muito obrigado pelos
1677 comentários. Gostaria de começar pelo Prof. Marcelo. Desculpa pela omissão,
1678 isso será corrigido imediatamente. Com relação às Prof.^{as} Raquel e Marly e ao
1679 Prof. Paulo, o amargo da questão é discutir a lógica ou o que está sendo
1680 considerado em relação à questão das pessoas. Vamos chamar assim:
1681 progressão, contratação e negociação salarial. Antes de entrar nisso, Prof.^a
1682 Marly, gostei da proposta que você fez, mas como membro da COP não
1683 podemos imiscuir nas áreas das Pró-Reitorias, mas evidentemente, tenho
1684 certeza que com a sensibilidade dos nossos pró-reitores, vai aparecer sim
1685 algum tipo de recurso destinado ao que você está colocando. Com relação às
1686 questões salariais, Prof. Paulo, vou misturar minha fala a partir de suas
1687 considerações, mas sem nenhum prejuízo de estar sensível ao conjunto que,
1688 na verdade, direciona para a mesma questão. Qual o conceito aí? É que para
1689 2021, a questão legal é muito importante. O Prof. Paulo considerou bem que as
1690 interpretações são diferentes, mas o que está acontecendo neste momento?
1691 Sabemos que a Adusp tentou uma liminar para realmente conseguir avançar
1692 nesta questão referente às contratações. Foi negada no agravo, surgiu essa
1693 mesma discussão e digamos, qual foi o posicionamento? O posicionamento foi
1694 considerar que a USP não demandaria essa resposta dos três
1695 desembargadores. Essa foi a visão deles, mas o que gostaria que
1696 pensássemos é que em um instrumento de planejamento sempre teremos
1697 incertezas, sempre teremos pontos de partida, sempre teremos que discutir
1698 uma certa combinação, eu diria, adequada para aquilo que a Universidade
1699 precisa, mas o nível de risco vai ocorrer. Isso não é vingança, gostaria de
1700 lembrar que há algum tempo atrás, no orçamento de um outro momento, a COP

1701 foi chamada na discussão da concessão dos 2% de aumento salarial e a COP
1702 perdeu, porque o Co concedeu e hoje estamos respondendo por isso. Então,
1703 significa que vocês já passaram por uma situação onde tem um concurso
1704 sendo aberto e dizer para um professor que saiu de alguma universidade e foi
1705 aceito em sua universidade, mas isso foi questionado. Então, vejam que o que
1706 o Paulo está colocando é que ele quer um chão, mas nós não temos; nós
1707 temos algo que está encaminhado na justiça, mas, a rigor, não temos nenhum
1708 fato novo. Quando a COP recomenda esse conjunto de números é porque, de
1709 alguma forma, temos que ter um conforto, não só do ponto de vista interno,
1710 mas perante as pessoas que vão se candidatar, que vão participar de
1711 concursos, ou seja, a parte legal não nos mostra que isso deva ser
1712 considerado. Agora, quando mencionamos outras unidades, outras instituições
1713 de ensinos - e as federais foram mencionadas - ninguém quer dizer que somos
1714 melhores, nada disso, mas temos uma linha de raciocínio em relação ao
1715 tamanho dos riscos e as experiências passadas. O nosso ambiente é
1716 extremamente duro, nós vivenciamos agora com a batalha - vou chamar de
1717 batalha 529 -, a interação com a sociedade que cobra isso, porque o resto da
1718 sociedade não tem aumento e vocês podem ter? Essa leitura é individual e eu
1719 não teria muita preocupação em aprofundar, porque cada um de nós está
1720 vivenciando isso e entendemos que mostrar para o Conselho Universitário que
1721 existe, sim, uma preocupação salarial, reposição e contratação de pessoas, ela
1722 existe, mas em um momento adequado, em 2022. Só para complementar, eu
1723 citei mais o Prof. Paulo, mas evidentemente, que as Professoras Raquel e
1724 Marly iam na mesma linha e agora vou tirar o chapéu e vou para o chapéu de
1725 diretor de Unidade. A FEA foi a Unidade que mais perdeu professores. Isso que
1726 vocês estão colocando dói muito para nós, e mesmo assim, como cidadão e
1727 como professor da Universidade, tenho o conforto de apoiar essa proposta que
1728 apresentamos para vocês.” **Cons. Daniel Freitas Couto:** “Quero agradecer a
1729 apresentação do Prof. Fábio Frezatti e do Prof. Renato Jardim, que elucidou
1730 muito bem essa questão do plano plurianual e das diretrizes orçamentárias.
1731 Como já havíamos discutido na COP, estamos vivendo o momento mais
1732 conturbado da conjuntura, vivemos um momento de contenção de gastos e
1733 cortes no financiamento das universidades e das bolsas de pesquisas em nível
1734 nacional, mas principalmente em nível estadual, como já foi comentado em

1735 relação à PL 529 e como está sendo colocado em relação à LC 173, para
1736 sustentar justamente a contratação de professores referentes ao ano de 2022.
1737 Acho que também vivemos agora um novo crescimento do número de
1738 infectados e mortes em decorrência do Coronavírus, o que nos coloca ainda
1739 mais instabilidade para conseguirmos fazer um planejamento cada vez mais pé
1740 no chão. Vale ressaltar que não só em nossa cidade e estado, mas no país
1741 como um todo nunca foi atingido um patamar ideal, dado o descaso da política
1742 pensada pelos nossos governantes em relação a isso. Queria só abrir um
1743 parêntese em relação a essa questão da pandemia. É com similar
1744 irresponsabilidade que está sendo promovido um evento para milionários, com
1745 a venda de iates e lanchas, o Boat Show, em um momento em que vivemos
1746 uma restrição na circulação e que o retorno dinâmico da comunidade
1747 acadêmica está sendo repensado da forma mais segura possível. Além disso,
1748 fica evidente, por exemplo, ... (inaudível – falha na transmissão) disponibilizar
1749 uma parte da Universidade para a realização de venda de barcos o tratamento
1750 é um, mas no caso de evento para financiamento das entidades estudantis, o
1751 tratamento é outro. Mas acredito que temos inúmeros problemas no CRUSP e
1752 vamos ter 50% dos ingressantes de 2021 cotistas, porém o evento foi
1753 promovido sem conversar com a comunidade universitária, sem diálogo, sem
1754 discutir como será destinada a verba arrecadada. Na COP discutimos o plano
1755 plurianual e as diretrizes orçamentárias, que foram apresentadas aqui de forma
1756 muito brilhante pelo Prof. Fábio Frezatti e que demonstra a importância
1757 estratégica, de fato, na permanência estudantil. Queria deixar um
1758 posicionamento mais geral para o conjunto da reitoria sobre o que interessa em
1759 um evento como esse e como a Universidade desfrutará desse ganho. Deixo
1760 aqui, também, minha solidariedade aos estudantes que se manifestaram contra
1761 a realização desse evento e foram agredidos pela PM, reforçando que repressão
1762 desmedida não deve acontecer. Também, saúdo a fala da Prof.^a Marly em
1763 relação aos investimentos com a questão da negritude e a questão racial
1764 dentro da Universidade. Parabenizo também o Prof. Fábio, o trabalho da COP
1765 e o trabalho da CODAGE para a organização dessa apresentação.” **Cons.**
1766 **Reinaldo Santos de Souza**: “Primeiro quero me somar ao comentário feito
1767 pelo Daniel, que me antecedeu, e me solidarizar com os estudantes que foram
1768 reprimidos na manifestação ontem. Não sei se hoje houve também repressão

1769 contra a esse evento do Boat Show, que está ocorrendo na Raia, em plena
1770 Pandemia, que realmente é um absurdo e um escarnio. Embora a situação de
1771 pandemia faça com que nós nos voltemos e priorizemos todas as questões
1772 relacionadas à defesa e preservação da vida, o que implica neste momento na
1773 nossa luta pela manutenção do isolamento social e da quarentena para os
1774 funcionários administrativos da Universidade e, no caso dos funcionário dos
1775 serviços essenciais, há a necessidade de afastamento dos trabalhadores que
1776 são do grupo de risco. Isso é muito importante no contexto em que já houve,
1777 segundo nossos cálculos, 14 mortes entre funcionários da USP, considerando
1778 também os terceirizados. O último caso, na última semana, trabalhador do HU
1779 do grupo de risco que não foi afastado. Apesar disso, a discussão das
1780 diretrizes orçamentárias colocam obviamente temas que são fundamentais,
1781 históricos e estruturais para os trabalhadores da Universidade. Parte do que eu
1782 ia dizer já foi dito, que é relacionado a esse tema da LC 173, não só da crítica
1783 ao que ela representa, mas concretamente com essa decisão judicial, até o
1784 momento favorável ao que a ADUSP solicitou neste aspecto de que coloca que
1785 a Universidade não é obrigada a cumpri-la; na verdade, ela não se aplica à
1786 Universidade. Acho que esse é um aspecto fundamental. Desse ponto de vista,
1787 reforço aqui o argumento de que há dois aspectos estruturais que são muito
1788 importantes de serem considerados: um é a falta crônica de funcionários em
1789 alguns setores, em particular até já citado aqui, como o HU, onde houve
1790 algumas contratações temporárias. Portanto, seria muito importante ter a
1791 previsão de contratação de funcionários, mesmo na perspectiva de 2022.
1792 Como foi dito, não está prevista a contratação de funcionários administrativos,
1793 mas isso é fundamental, pois alguns setores estão estrangulados; e segundo, a
1794 questão de reposição salarial. Veja que eu não estou nem falando aqui em
1795 aumento salarial, estamos no contexto em que já existe uma escalada
1796 inflacionária, sobretudo em produtos básicos. O congelamento de salários, que
1797 não é algo só pela Lei Complementar 173, já vem de antes, inclusive com
1798 *déficit* acumulado de cerca de 20% dos nossos salários, faz com que, na
1799 prática, tenhamos um rebaixamento histórico dos nossos níveis de vida. É
1800 preciso destacar a hipocrisia que há, muitas vezes, em determinados
1801 argumentos, já que a mesma reitoria que estabelece uma política salarial de
1802 congelamento, fez *lobby* esse ano no STF para poder aprovar a determinação

1803 do aumento do teto dos salários. Assim, acho que é muito importante que as
1804 diretrizes orçamentárias apontem uma saída para esses problemas. Destaco,
1805 por fim, sobre o tema da carreira que aqui foi comentado, que apesar da Lei
1806 Complementar 173 e da orientação que a Reitoria faz da interpretação de que
1807 ela tem que ser aplicada, no caso da carreira docente, há um edital em curso,
1808 ainda que previsto para ser pago em 2022, de progressão horizontal da
1809 carreira. No caso da carreira de funcionários, nem mesmo esse horizonte
1810 existe, o que demonstra o total descaso com os funcionários neste terreno.”

1811 **Cons. André Lucirton Costa:** “Queria saudar os Professores Fabio e Renato
1812 pelas apresentações que fizeram. Acho que a última proposta do Renato, sobre
1813 a qual vou me ater, pois de uma certa forma resume o que eu gostaria de falar.
1814 Passamos um ano muito difícil, o ano de 2020 vai ficar marcado em nossas
1815 vidas, e como membro da COP, sou testemunha dos processos que a USP
1816 passou desde o começo da pandemia, no sentido da insegurança causada e
1817 como a pandemia foi conduzida pelos governos do Brasil, a tal da tempestade
1818 perfeita que tivemos, com uma crise sanitária, econômica e política, que fez
1819 com que a sociedade brasileira tivesse que se desdobrar - e a USP também.
1820 Nós, em vários momentos - e a reitoria principalmente - tivemos que tomar
1821 decisões muito difíceis e que se mostraram certas ao longo do tempo e deu
1822 estabilidade a toda comunidade. Sou testemunham disso e quero ressaltar que
1823 isso é fruto principalmente do modelo de planejamento, que alia o processo
1824 orçamentário. dos itens orçamentários, do ponto a ponto e também do longo
1825 prazo, de termos uma visão do macro, e essa visão parte de princípios ou de
1826 conceitos que norteiam a atuação da Universidade. Tivemos elementos para
1827 combater, por isso um ataque às universidades e ao sistema de pesquisa, com
1828 a PL 529, porque mantivemos a estabilidade financeira e fizemos a lição de
1829 casa, de manter exatamente esse fluxo ao longo do tempo, mantendo a
1830 coerência de nossas atividades. É um modelo de planejamento e
1831 replanejamento, por isso entendo que essa proposta com a base jurídica que
1832 está estabelecida, como o Prof. Frezatti e o Renato falaram sobre as revisões
1833 ser revistas a qualquer momento e deve ser acompanhadas - e são
1834 acompanhadas. O trabalho da CODAGE e da parte financeira da USP é mês a
1835 mês, dia a dia acompanhando o que acontece com as finanças da USP, que
1836 tem uma variação, diferentemente de outros órgãos do Estado, que é a

1837 variação do ICMS, os outros órgãos do Estado Legislativo e Judiciário não
1838 sofrem isso. De forma que sou muito sensível à proposta que o Prof. Renato
1839 fez, de mantermos o planejamento plurianual de 5 em 5 anos, tipo média
1840 móvel, para ir mantendo essa estabilidade que a Universidade precisa e saindo
1841 de uma gestão reitoral para ser um instrumento de gestão da Universidade.”

1842 **Cons. André Vitor Singer:** Serei breve. Várias das coisas que passaram por
1843 aqui já passaram por nossas congregações e não quero me alongar muito. A
1844 questão do Boat Show, nossa Congregação considerou de fato um evento não
1845 recomendado, tendo em vista essa quantidade de pessoas e a falta de
1846 isolamento social, houve um grande desconforto em relação a isso, mas não
1847 vou repetir o que já foi falado. Queria me centrar na questão de que na página
1848 31 da revisão do planejamento plurianual há uma boa notícia, dizendo que já
1849 em 2022 poderemos retomar o reajuste salarial, a progressão nas carreiras e a
1850 contratação docente. Queria saudar isso e fazer a seguinte pergunta, que tem
1851 relação também com um desconforto grande que nossa Congregação
1852 expressou - e também o Fórum de Professores da USP, que se reuniu no dia 9
1853 de novembro - que é em relação à progressão horizontal que está prevista,
1854 porque se termos condições de retomar a progressão na carreira, conforme
1855 previsto pela Resolução nº 7272, que instituiu a avaliação docente e já previa a
1856 progressão na carreira para 2022, que agora vejo confirmado no planejamento
1857 plurianual - o que é muito bom -, se não deveríamos rever essa proposta de
1858 progressão horizontal que está agora aberta, porque ela vai encavalcar com a
1859 outra. Além disso, há uma desinformação sobre o montante de recursos que
1860 estaria destinado a essa progressão horizontal atual que está aberta neste
1861 momento, que está causando muita apreensão na comunidade. Não falo
1862 apenas por minha Congregação, mas refiro-me também a um documento que
1863 recebemos de jovens professores da USP em que eles mencionam a falta de
1864 informação sobre os critérios que nortearia essa progressão. O fato de que
1865 havendo recursos limitados, que parece se o caso, embora ninguém saiba a
1866 quantidade de recursos destinados, seria necessário um ranqueamento dos
1867 professores, possivelmente um ranqueamento muito estrito, porque dada a
1868 possibilidade de poucos recursos para o número elevado de progressões que
1869 foram solicitadas, tendo em vista a situação que temos de contenção salarial,
1870 sobretudo no que diz respeito aos jovens professores. Esta situação de

1871 competição tem causado, não só na área de Humanas, mas em toda a
1872 Universidade, uma enorme apreensão, pergunto se não seria o caso de rever
1873 este planejamento, tendo em vista o fato que estamos prevendo, uma
1874 retomada da progressão em 2022, que acho que retiraria muitas tensões
1875 presentes neste momento. Não me refiro, evidentemente, ao meu caso, que
1876 sou professor titular e ingressei na carreira há mais de três décadas, mas aos
1877 jovens professores, inclusive, vários deles mencionando o fato de fazer uma
1878 progressão durante uma pandemia, em que as creches estão fechadas, o que
1879 produz um desequilíbrio em relação às mulheres, coisa que deveria ser
1880 bastante considerada. A pergunta vai nessa direção, mas não queria deixar de
1881 encaminhar, muito rapidamente, uma pergunta na esteira do que disse o
1882 professor Paulo sobre a LC 173. Nessa informação recente apareceu um dado
1883 que não tinha conhecimento - e talvez vários de meus colegas não tivesse
1884 também -, que a USP suspendeu a contagem de tempo para aquisição de
1885 quinquênio e sexta parte. Gostaria de um esclarecimento sobre isso.” **Cons.**
1886 **Fábio Frezatti:** “Daniel, não tenho nada a comentar em relação a sua fala, ela
1887 foi bastante voltada para questões fora do orçamento, mas não é nenhum
1888 desrespeito a você, pelo contrário, sua participação foi muito importante para
1889 toda a sua discussão na COP. Reinaldo, com relação à carreira, não está dito
1890 que não exista progressão referente aos funcionários técnicos e
1891 administrativos, o que acontece com a COP é que temos um respeito em
1892 relação aos órgãos, comissões e grupos que, de alguma forma, devem atuar
1893 em cada seguimento. Então, a nossa preocupação é dizer assim: podemos e
1894 temos recursos em algum período e aí tem toda uma discussão mais profunda
1895 e conforme um colega já mencionou em outra reunião do Conselho
1896 Universitário, a questão do teto não um reajuste, mas a recuperação de uma
1897 injustiça que aconteceu no passado, assim, cada um olha isso de uma maneira
1898 diferente, mas diria que esse é um olhar também importante. Agradeço ao
1899 André Costa pelo apoio nesta questão da sequência do orçamento, acho que é
1900 uma questão muito importante. O costume em olhar não só um ano, mas um
1901 horizonte maior de longo prazo, que conquistamos e não podemos perder, de
1902 forma que essa lacuna, que tanto você como o Renato tocaram, é fundamental.
1903 Prof. André Singer, respeito muito o limite de autoridade, então vou me
1904 referenciar aqui àquilo que eu posso, como representante da COP, e deixar

1905 para aqueles que podem, de uma maneira mais adequada e legítima,
1906 aprofundar alguns de seus pontos. Mas queria fazer uma colocação com
1907 relação à avaliação: estamos acostumados com a ideia de que a avaliação das
1908 pessoas. O modelo da Universidade é muito complexo do ponto de vista da
1909 carreira, pensando nas atividades e remuneração, porque as pessoas precisam
1910 pagar suas contas também. Não tenho dúvida nenhuma que com a pandemia,
1911 temos um ambiente muito complexo e muito difícil, está difícil para todos nós,
1912 trabalhamos olhando por um quadrinho, mas por outro lado, acho que é isso
1913 que está sendo ponderado, é que precisamos dar *feedback* para as pessoas,
1914 independentemente do descasamento entre isso acontecer e recursos serem
1915 disponibilizados para os bolsos das pessoas. Aqui estou respondendo por mim,
1916 nos limites de minha responsabilidade. Com relação à questão da LC 173, o
1917 argumento anterior é o que tenho a oferecer, temos uma questão legal e trazer
1918 agora para dentro de um instrumento de planejamento a questão jurídica que
1919 pode ser revertida ou ter vários *rounds*, não me parece o mais adequado,
1920 independentemente de encontrarmos em outras instituições e outras unidades
1921 um tratamento diferente. Tenho certeza que as perspectivas e as mudanças de
1922 cenários podem nos trazer algum tipo de alívio, mas nesse momento - é isso
1923 que estamos discutindo, recomendando e propondo para o Co - consideramos
1924 que seja um conjunto que traga o equilíbrio para que possamos ter um ano
1925 frutífero.” **Cons.^a Ana Lucia Duarte Lanna:** “Vou contrariamente ao meu
1926 hábito, repetir um pouco algumas questões que os colegas colocaram antes,
1927 externando, como diretora de unidade, minha preocupação com a questão da
1928 progressão da carreira, processo em curso em relação às diretrizes
1929 apresentadas. Imagine que hoje, mesmo sabendo que temos restrições em
1930 relação a 2021, haveria algum tipo de destinação de algum recurso para a
1931 progressão na carreira, porque estamos vivendo uma dissonância muito grave,
1932 que é o professor ter que se inscrever em um processo do qual ele não
1933 conhece os critérios de distribuição dos recursos. Não estou falando de
1934 avaliação, estou falando do processo de progressão que envolve recursos e
1935 diretrizes orçamentárias. Enfim, são essas dissonâncias de que só vai poder
1936 ser em 2022, então só entrará na diretriz de 2021, isso está explicado no plano,
1937 mas objetivamente, estou submetendo os professores de minha Unidade a
1938 entrarem em um processo de disputa que podemos discutir aqui a legitimidade

1939 dele ou não, mas sem conhecer exatamente as consequências, as regras e
1940 possibilidades, ou seja, um campo mínimo de ordenamento disso. Gostaria de
1941 saber mesmo se não podendo fazer a dispendia de recursos para 2021, porque
1942 que a diferença das outras diretrizes orçamentárias, não foi sinalizado? Ou
1943 montante, o critério ou um princípio que facilite, inclusive, um trabalho em que
1944 todos os dirigentes aqui presentes terão, que é ordenar sem saber como,
1945 quanto e para quê. Queria saber como a COP ou as diretrizes poderia nos
1946 ajudar nesse processo, que parece um impasse em 2021 e não em 2022.”

1947 **Cons.^a Diana Gonçalves Vidal:** “Vou na mesma toada, mas perguntando de
1948 uma outra maneira. Fiz as contas aqui e entre as despesas, ou seja, os gastos
1949 com pessoal de 2021 e 2022 nos cenários 1, 2, e 3, existe uma diferença que
1950 vai de R\$ 275 milhões a R\$ 333 milhões. Imagino que esses cálculos, como o
1951 Prof. Fabio Frezatti é especialista e minucioso, tenho certeza que ele fez esses
1952 cálculos pensando não só em todas as questões que estamos tratando aqui,
1953 como na retomada dos quinquênios, sexta parte e livre-docência, tudo que
1954 ficou represado em 2021. Mas aqui também tem um cálculo de progressão
1955 horizontal, pelo menos vejo iniciado um calculo de progressão horizontal. De
1956 forma que gostaria de entender melhor e acho que isso vai também na direção
1957 do que a Prof.^a Ana Lanna perguntou e também o Prof. André Singer e vários
1958 outros colegas, porque há, por parte dos docentes, uma certa angustia com
1959 relação a esse processo de progressão horizontal e do montante que seria
1960 destinado isso. Entendo que nestes cálculos, nestes três cenários, existem
1961 também três cenários de progressões horizontal e talvez valesse a pena, neste
1962 momento, explicitar um pouco melhor como foram construídos esses valores
1963 que variam entre R\$ 275 e R\$ 333 milhões. Acho que isso ajudaria a apaziguar
1964 um pouco a angústia dos colegas e seria uma sinalização bastante positiva
1965 para os docentes da Universidade.” **Cons. Cristiano Addario de Abreu:**
1966 “Quero reiterar os protestos contra a violência aos protestos pacíficos, a
1967 princípio, no Boat Show da Raia da USP, pois a privatização dos espaços
1968 públicos, muitas vezes, geram esses problemas. Mas queria principalmente
1969 falar de dois pontos principais: rapidamente quero lembrar de uma defesa da
1970 ciência, de critérios científicos para organizar o plano de retorno na
1971 Universidade, por exemplo, precisa ser pautado em critérios científicos. Ter, de
1972 fato, fatos e não expectativas apenas, como por exemplo, uma coisa pior ainda

1973 na Raia do que um Boat Show que está tendo agora, é algo permanente que
1974 fizeram lá, que foi o famoso muro de vidro. Um muro que com certeza foi feito
1975 sem critério científico adequado, porque se tivesse uma pesquisa de impacto
1976 ambiental aquele muro não teria sido feito. Tiraram o muro de concreto que
1977 estava funcionando, um caminhão já havia batido naquele muro de concreto e
1978 nada aconteceu e botaram um muro que todo mês quebra um pedaço, que é
1979 um muro de vidro, que com a vibração dos caminhões ele quebra. No ano que
1980 vem, com o desmonte, com a queda da arrecadação do ICMS do Estado de
1981 São Paulo, esse custo de manutenção desse muro, que é um problema sério,
1982 que é uma coisa crônica, vai cair no orçamento da USP. Realmente
1983 precisávamos ter coragem, desculpe-me falar disso aqui, um pouco fora do
1984 contexto, mas realmente precisamos ter a humildade e perceber que houve um
1985 erro nesta construção desse muro e esse custo é um custo estúpido para a
1986 Universidade, é desnecessário. Assim, assumir que foi um erro e colocar uma
1987 boa grade barata que resolve, uma grade com o fundo verde, que não mata
1988 pássaros, seria a melhor solução para a Universidade. Poderíamos ter a
1989 coragem intelectual para falar disso. A Universidade tem que se pautar em
1990 critérios científicos, tanto para fazer uma reforma como um muro, quanto para
1991 um plano de retorno. Um plano de retorno precisa se basear em fatos e em
1992 critérios científicos. Há a possibilidade real de retorno para todos os
1993 funcionários? Se há, todo mundo quer voltar, não há nada contra. De forma
1994 que faço aqui uma fala em defesa da ciência e da organização científica, de
1995 critérios científicos para organizamos a Universidade.” **Cons.ª Liedi Légi**
1996 **Bariani Bernucci**: “Minha fala é muito breve, vou falar como membro da COP.
1997 A COP faz um trabalho técnico, no sentido financeiro de entender como estão
1998 as nossas contas. É um trabalho difícil, porque vocês podem imaginar como é
1999 prever 2021 tendo passado 2020 com um ano cheio de supressas. Claro que
2000 fazemos essa previsão toda para 2021 com muita cautela, dentro de dados que
2001 se chamam realistas, não são pessimistas, mas também não são otimistas,
2002 procuramos estar dentro da realidade e não há dúvidas que temos uma
2003 restrição de uma lei e todos os estudos técnicos estarão pautados nessa Lei, o
2004 que não significa que a COP não fará um novo estudo assim que demandada,
2005 caso haja uma mudança na Lei. Isso é claro, a revisão orçamentaria poderá ser
2006 feita no momento ideal que saibamos que temos segurança jurídica para fazer

2007 isso. Vamos fazer um estudo técnico. Todos os estudos mostram, como Ana
2008 Lanna apontou, que em 2022 teremos cerca de R\$ 300 milhões para pessoal.
2009 Agora, se quisermos destinar uma certa quantia, um certo valor para
2010 progressão horizontal agora, estaremos só engessando o processo. Esse
2011 processo que precisa ser muito mais maturado, de maneira que as pessoas
2012 possam, pelo menos, ter uma progressão. Nós acreditamos que uma boa parte
2013 de todos tenha esse mérito, uma dúvida então é sobre estabelecermos valores,
2014 é mais perigoso agora estabelecer esses valores, porque pode engessar esse
2015 processo. Esse é um processo que precisamos pensar, inclusive, dentro do Co,
2016 para poder fazer os estudos. Não há dúvida que a COP está sempre à
2017 disposição para fazer esses trabalhos. É lógico que eu, como diretora, gostaria
2018 de poder, em 2021, ver a progressão acontecendo, ver a progressão de
2019 funcionários técnicos e administrativos e etc, mas dentro da COP o estudo é
2020 realmente técnico-financeiro.” **Cons. Fábio Frezatti:** “Prof.^a Ana Lanna, se
2021 entendi, o foco de sua discussão é, na verdade, a discussão da adequação da
2022 progressão horizontal, que como havia comentado anteriormente, qualquer
2023 momento que tivermos que fazer isso será tenso, porque não é algo que é feito
2024 com muita frequência, de forma que temos um certo acúmulo em relação a
2025 isso. Vou para a resposta em relação a essa questão, porque ela transcende à
2026 montagem do orçamento e tem uma estratégia de envolvimento da
2027 Universidade como um todo e, como comentei anteriormente, o feedback para
2028 mim é importante e evidentemente se não tivermos uma ideia de quanto
2029 dinheiro nós temos, fica bem complicado. Quero emendar isso com a questão
2030 da Prof.^a Diana. Diana. É o seguinte: temos momentos em que podemos definir
2031 as coisas. Tenho certeza que todos nós gostaríamos de olhar para 2022, talvez
2032 2023, 2024 com um nível de especificação e detalhe muito maior do que
2033 estamos oferecendo para vocês, mas no nível não só de incerteza, mas de
2034 complexidade da Universidade, em que a definição de claros é feita por um
2035 grupo que tem que ter um nível de alçada e autonomia para isso, a progressão
2036 horizontal é feita por outro grupo, ou seja, você tem instâncias inclusive
2037 direcionada pelo próprio Co, não é alguém de fora do Co que tomam essas
2038 decisões. Então, do ponto de vista de montagem, foram consideradas aquelas
2039 premissas que vocês viram, que mostra o crescimento do ICMS com as várias
2040 alternativas do ponto de vista do crescimento do PIB, foram as três alternativas

2041 que entendemos que seriam adequadas para mostrar. Além disso, há uma
2042 preocupação, porque se tivermos o percentual de sustentabilidade, ou seja, um
2043 comprometimento maior que os 85%, legalmente não poderemos fazer nada,
2044 então tivemos esse cuidado. A massa de recursos que você identificou faz
2045 sentido, mas não para uma definição agora, é uma amarra que não nos vai
2046 ajudar. Mas a sinalização com a maturidade que esse grupo tem no Co, e
2047 maturidade não é só aceitar as coisas, mas cobrar. E realmente temos um
2048 colegiado altamente preocupado com todas as questões que estamos
2049 discutindo, que não apenas discute, mas cobra. Então o momento para
2050 especificações, na visão da COP, não é esse. É isso que nos orienta a dizer
2051 que com pessoas imaginamos esse crescimento, mas o detalhamento deve ser
2052 trazido em outro momento, que não é agora nesta discussão. Foi essa lógica
2053 que consideramos. Cristiano, não tenho nada para comentar em relação ao
2054 que você disse, não tenho nenhuma contribuição que tenha a ver com o
2055 orçamento da Universidade. Prof.^a Liedi, muito obrigado pelo esclarecimento,
2056 tenho a percepção de que você ajudou, trazendo mais clareza para a
2057 discussão.” **Cons.Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho**: “Agradeço ao
2058 Magnífico Reitor, Prof. Vahan, Prof. Hernandes e todos membros da Mesa.
2059 Quero apenas fazer um alerta a todos os professores das outras Unidades que
2060 não acompanham diretamente o HU. A situação agora, com a pandemia, o
2061 número de casos vai aumentar drasticamente e nós vamos retomar um número
2062 muito grande de casos. O HU será muito solicitado nesta situação e está
2063 ocorrendo um fenômeno, infelizmente ruim, exatamente nesse momento. Os
2064 primeiros contratos dos colaboradores que vieram com a verba da ALESP
2065 estão acabando em dezembro e, progressivamente, a partir de dezembro,
2066 janeiro e fevereiro eles vão sendo desligados à medida que completam um
2067 ano. Nós já conversamos na Secretaria da Saúde, estivemos lá com os
2068 Professores Vahan e Hernandes, tentando ver algum auxílio via Secretaria de
2069 Saúde, alguma outra solução. Estamos tentando soluções junto à Secretaria
2070 Municipal, junto ao Hospital das Clínicas, situações emergenciais para que a
2071 possamos manter o HU funcionando no momento em que ele será mais
2072 solicitado e com menor número de colaboradores; e também solicitamos à
2073 Reitoria, que encaminhou à PG, que fosse visto um jeito de se trabalhar com
2074 esses contratos de um ano, que estão se encerrando e tentar achar uma

2075 alternativa, em função da pandemia. A preocupação maior é comunicar a todos
2076 que estamos vivendo uma situação difícil e quem tiver qualquer ideia,
2077 possibilidade, sugestão, nós gostaríamos de ouvir, de participar junto à
2078 funcionários e colaboradores que eventualmente, nesse momento, pudessem
2079 ser colocados à disposição HU, temporariamente. Estamos imaginando que a
2080 situação vai ficar um pouco crítica nesse período, a partir de dezembro e
2081 janeiro, quando se está esperando o maior aumento, o pico dos novos casos
2082 aqui no Estado de São Paulo. Basicamente era essa a comunicação. Muito
2083 obrigado.” **M. Reitor:** “Obrigado Tarcísio. Espero que você esteja errado, mas
2084 tudo bem.” **Cons.^a Letícia Lé Oliveira:** “Boa noite a todos os presentes, aos
2085 membros da Mesa. Peço desculpas, já de antemão, se eu for repetitiva em
2086 alguns dos pontos, mas acredito que é muito importante pautar mais uma vez
2087 algumas das pontuações que vou trazer. Em relação ao documento que está
2088 em discussão nesse ponto das Diretrizes Orçamentárias, não pude deixar de
2089 observar, na Tabela 2 que fala do orçamento das despesas, a progressão dos
2090 valores relativos às despesas de permanência como, por exemplo, auxílio
2091 alimentação, vale refeição, o aumento foi muito insignificante em relação à
2092 progressão que a gente tem visto de aumento de estudantes cotistas na
2093 Universidade. De forma que chamo a atenção para esse ponto que acredito
2094 que as despesas voltadas para a questão da permanência têm que ser
2095 prioridade em todos os sentidos, principalmente por conta do número de alunos
2096 que estamos recebendo, cada vez maior, alunos que vão precisar destes
2097 recursos de permanência. E também, paralelo a isso, na Tabela 4, que vemos
2098 um aumento da reserva financeira nos últimos anos, que acredito que, de certo
2099 modo, pode se voltar para esse valor destinado à permanência. Dito isso,
2100 saúdo a Professora Marly, com a pontuação que ela fez logo no início desse
2101 debate, relativa à permanência, a dar prioridade para programas voltados para
2102 estudantes negros. Eu acho que cada vez mais a Universidade tem tido
2103 projetos de extensão e de pesquisa que poderiam, por exemplo, receber auxílio
2104 financeiro para ativos, desde a compra de livros de autores negros, que é muito
2105 escasso nas bibliotecas da USP, até o incentivo em pesquisa mesmo. Eu acho
2106 que isso seria de grande importância. E, além disso, não posso deixar de
2107 pontuar algo que tem sido muito discutido na comunidade estudantil nos
2108 últimos dias e acredito que, em certa medida, diz respeito ao debate do

2109 orçamento, que é a repercussão negativa que tem que tido na mídia relativa à
2110 realização do evento Boat Show, em que não houve transparência em relação
2111 aos fins da arrecadação proveniente desse evento, a forma como os
2112 estudantes que quiseram fazer uma manifestação ali foram recebidos foi
2113 extremamente hostil, vindo diretamente de policiais militares dentro das
2114 instâncias da Universidade e, paralelamente, temos uma realidade muito
2115 diferente da de milionários comprando barcos na Raia da USP, que é a dos
2116 estudante que moram no CRUSP, na moradia dos estudantes da USP, que é
2117 uma situação que vem se agravando nos últimos anos, e acho que sempre é
2118 bom chamar atenção. A USP, nos últimos meses, teve certa repercussão
2119 negativa na nossa Universidade e na mídia, justamente por conta dessa
2120 questão da moradia estudantil, uma matéria no *Intercept* falando sobre a
2121 qualidade da alimentação que os alunos estavam recebendo. Penso que isso
2122 sim dialoga muito com orçamento, porque é daí que vem o investimento nesse
2123 tipo de iniciativa. Fica aqui a minha pontuação, que acredito ser muito relevante
2124 para este debate em específico. Obrigada.” **M. Reitor**: “Obrigado Letícia.”
2125 **Cons. Bruno Caramelli**: “Sou suplente dos representantes dos professores
2126 associados e quero, em primeiro lugar, comunicar e agradecer o Magnífico
2127 Reitor e à Reitoria pelo apoio e a presença brilhante no Encontro ocorrido no
2128 dia 23 de outubro. Havia mais de quinhentas pessoas *online* e quase três mil
2129 visualizações, pelo menos até agora, pela internet, com a presença do Ministro
2130 de Educação da Espanha, o Castejón, e no segundo período, o Professor Brito
2131 Cruz, que era da FAPESP, o César Proença e, finalmente, o Professor Marcílio
2132 Alves, que é o representante titular dos professores associados, e que tocou
2133 nesse assunto da progressão da carreira horizontal. Nós até colocamos isso
2134 em um texto que acabou de sair no Jornal da USP. Eu coloquei o *link* no *chat* e
2135 queria dizer que o posicionamento dos professores associados é de um pouco
2136 de preocupação com o ‘moral das tropas’, se realmente é para nós, os
2137 professores associados, que estamos nos escalões mais baixos da carreira
2138 docente, se essa interrupção da progressão da carreira nesse momento, já em
2139 2021, seria um golpe muito grave e seria muito sentido. Muito obrigado por
2140 usar a palavra.” **Cons. Fábio Frezatti**: “Com relação ao comentário do
2141 Professor Tarcísio, sei que o Reitor tem um comentário ao final, então, eu não
2142 vou entrar nesse nível de detalhe. Letícia, eu preciso te responder, tenha um

2143 pouco de paciência comigo, porque é assim: a montagem da peça, tanto do
2144 plurianual quanto do orçamento para o ano tem um modelo e as organizações
2145 complexas; então esse é um termo consagrado. Nós temos uma quantidade
2146 enorme de alunos, uma diversificação de conhecimentos, de áreas e tudo mais,
2147 ele tem um procedimento, tem uma forma de você olhar o orçamento. Qual é a
2148 forma? Primeiro, olhamos o conjunto e temos, dentro desse conjunto,
2149 indicações. Então, é o que nós estamos fazendo agora; e, em dezembro, nós
2150 temos um detalhamento e aí sim entrando nas Unidades, especificando. Então,
2151 talvez o fato de você ter levantado essa questão me ajuda a trazer o
2152 esclarecimento. Primeiro que permanência é um conjunto de coisas, não é só
2153 bolsa e o que temos a comentar é que no que diz respeito a bolsas, há um
2154 aumento em relação a isso, em relação ao ano de 2020. Segunda questão é
2155 que o valor total investido, em termos de permanência, é um valor muito
2156 significativo dentro da Universidade, ele soma vários elementos. Sim, a grosso
2157 modo estamos falando em mais de R\$ 250 milhões por ano, isso quando
2158 comparamos um mês de folha, ele é número muito alto. Então, existe um
2159 crescimento e esse crescimento é acima da inflação. Quero dizer, a
2160 metodologia que usamos para que possamos mostrar um marco e,
2161 posteriormente, num segundo momento, detalhar, levou você a entender que a
2162 permanência não estaria sendo adequadamente tratada, mas ao contrário. E
2163 quando eu comentei isso na etapa da montagem do plano plurianual,
2164 exatamente porque você vai ter que enxergar e perceber isso no detalhamento,
2165 que neste momento nós não trouxemos. Penso que o mais importante era isso.
2166 E, com relação à reserva financeira, veja, nós não podemos gastar sem
2167 orçamento. Essa é uma figura da gestão pública. Então, significa que temos
2168 recursos, esses recursos são utilizados para que a gente não pare as
2169 operações, e não dá para dizer: olha daqui pode tirar alguma coisa. A peça
2170 orçamentária é a chave de tudo, é ela que nos direciona e proporciona depois
2171 os pagamentos como um todo. Cons. Bruno, eu não tenho nada a comentar em
2172 relação às suas considerações. Professor, eu acho que o que eu tinha de mais
2173 relevante como reação era isso.” A seguir, o **M. Reitor** passa à votação do Item
2174 3.1. Apurados os votos eletrônicos e os manifestados pelo *chat*, obtém-se o
2175 seguinte resultado: Sim = 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 6 (seis) votos;
2176 Abstenções = 8 (oito) votos; Total de votantes = 98 (noventa e oito). É

2177 aprovado o parecer da COP, favorável à proposta de Diretrizes Orçamentárias
2178 da USP para 2021. M. Reitor: “Eu vou pedir desculpas aos Colegas da ESALQ
2179 e da Física e também, aos recursos porque, pelo adiantado da hora, vou
2180 passar direto para as Comunicações. Temos três colegas que se inscreveram
2181 no Expediente; vou fechar as inscrições.” A seguir, o **M. Reitor** passa às suas
2182 comunicações. M. Reitor: “Inicialmente quero falar um pouco do Fundo
2183 Patrimonial que nós lançamos hoje. É bom entender que isto é um
2184 planejamento de longo prazo. Não estamos acostumados a trabalhar
2185 imaginando o que vai acontecer daqui a 20 anos, mas é isso que nós estamos
2186 falando, e estou muito empolgado porque esse Fundo Patrimonial pode ser, de
2187 fato, aquele apoio complementar que nós estamos necessitando numa
2188 universidade pública e gratuita no nosso país. Temos uma amiga na Filosofia, a
2189 Prof.^a Marta, que está fazendo uns estudos muito importantes e espero que ela
2190 conclua esses estudos ainda no fim desse ano ou no começo do ano que vem,
2191 para divulgar, mostrando como é fundamental o acolhimento e apoio dos
2192 alunos. Então, estou de fato muito contente. Eu sei que nós estamos deixando
2193 para os nossos seguidores, nossos futuros alunos, futuros dirigentes uma
2194 ferramenta muito importante. O segundo assunto é a questão da transparência.
2195 Nós temos soltado todo mês, através da CODAGE, informativos financeiros e
2196 peço encarecidamente que a análise seja feita com muito cuidado. O Professor
2197 Fábio mostrou agora dados que não nos deixa confortáveis – aliás, o Fábio usa
2198 um termo que acho muito bom -, felizmente, a situação está menos ruim do que
2199 estávamos imaginando, mas continua ruim. Tem déficit, isso é muito importante
2200 ficar claro. Então, este informativo é transparente, mas a sua divulgação com
2201 colegas nossos comemorando um resultado que não é positivo, isso apenas
2202 complica mais a nossa situação. Então, por favor, analisem com cuidado e,
2203 tendo dúvidas, a CODAGE está à disposição - o Professor Lúcio, o Flávio, a
2204 Mara, estão à disposição para explicar. E sim, estamos menos ruim do que
2205 esperávamos, ótimo. E outra coisa, por favor, temos reserva no banco? Temos,
2206 mas não é dinheiro disponível, isso tem que ficar claro. Aquele um milhão que
2207 o Fábio colocou, tem recursos das próprias Unidades, tem recursos que nós
2208 recebemos de órgãos externos federais e estrangeiros, temos que pagar o
2209 salário do mês seguinte. Então, se no dia 31 tem um milhão, nós vamos ter
2210 que, no dia 5, pagar os salários da folha inteira. Então, o que nós temos de

2211 reservas, elas são muito pequenas. Dinheiro no banco não é dinheiro
2212 sobrando, não podemos cometer esse erro. Eu digo isso de novo, porque com
2213 essas divulgações propagamos para os Deputados, para o Governo, que nós
2214 temos um milhão em caixa. E o Professor Inácio, eu, o Hernandez e vários
2215 colegas, ficamos semanas mostrando que não era dinheiro em caixa que podia
2216 ser retirado. O terceiro item que queria falar é que eu me atrasei, tive que
2217 atrasar a discussão do Estatuto de Conformidade de Condutas. Não sei se
2218 todos lembram, mas há alguns anos atrás os nossos alunos, acho que ainda
2219 em 2017, solicitaram, justificadamente, que nós atualizássemos, na época, o
2220 Código Disciplinar. Ao atualizar - a Comissão era o Floriano, os Professores
2221 Paulo Varotto, Simone, Silvana e os representantes discentes Luana dos
2222 Santos e Gabriele Valadão, juntamente com a Maria Paula Dallari -, eles
2223 aprofundaram bastante e não fizeram somente uma atualização do Código
2224 Disciplinar da USP, que é de 1972, eles modernizaram, fizeram algo mais
2225 completo, que é esse Estatuto de Conformidade de Condutas, que é para toda
2226 USP. Pois bem, eu tinha me comprometido, no começo do ano, a passar para
2227 vocês a versão atual desse Estatuto de Conformidade, para o Conselho
2228 analisar com calma, durante um mês, um mês e meio, esse documento. Estou
2229 tentando fazer uma experiência nova na USP, fazer uma consulta pública, já
2230 que esse Estatuto atinge todo mundo: funcionário, aluno de graduação, aluno
2231 de pós, professor, professor visitante, professor sênior, pesquisador, pós-
2232 doutorando, etc; nós temos que ouvir a todos. Queria começar isso em abril, se
2233 lembrem que nós fizemos um Conselho Universitário no dia 10.03 e no dia
2234 17.03 já suspendemos as aulas e no dia 23 suspendemos as atividades. Com
2235 isso, não tínhamos condições de discutir, mas acho que não vale a pena
2236 prolongar essa espera, de forma que estou me propondo, na segunda-feira
2237 todos os Conselheiros recebem uma cópia da versão atual; aliás, me deixa
2238 lembrar: o ano passado o Professor Floriano discutiu as diretrizes aqui, os
2239 Conselheiros deram orientações e sugestões, a Comissão incorporou isso e
2240 modelou esse Estatuto de Conformidade, de modo que esse Estatuto de
2241 Conformidade já tem a colaboração desse Conselho Universitário. Então, eu
2242 vou enviar na segunda-feira, vou pedir inclusive que a Secretaria Geral envie
2243 para todos os Conselheiros essa versão, e vamos discutir até 15 de janeiro,
2244 tranquilamente, com calma, temos os feriados do fim de ano, podemos ver com

2245 calma. Vocês respondem, uma Comissão de Sistematização incorpora o que
2246 for possível incorporar e vamos colocar em uma consulta pública, para toda a
2247 comunidade. O Professor Floriano aceitou coordenar essa Comissão de
2248 Sistematização, assim como o Professor Pedro Dallari, a Maria Cristina
2249 Ferreira e a Ana Lanna; e tem o Professor Rui Ferriani, que não sei se foi
2250 contatado, mas ele também aceitou. Muito obrigado. Então, essa Comissão vai
2251 recebendo todas as contribuições que vocês fizerem, vai trabalhar e vamos
2252 fazer essa consulta pública. Depois da consulta pública vamos dar início ao
2253 processo normal de tramitação de um novo projeto. Peço desculpas, porque
2254 começou a pandemia e não imaginei que fosse tão prolongada, agora o
2255 Professor Tarcísio está dizendo que é mais prolongada ainda do que eu estou
2256 imaginando. Sempre imaginando que no mês seguinte as coisas iam melhorar,
2257 acho que chegou a hora de continuar a fazer as coisas sem esperar o mês
2258 seguinte. Por fim, a Lei Complementar 173/2020, ela é realmente muito
2259 cerceadora e principalmente para nós, administradores, diretores, Reitoria, pró-
2260 reitores, porque não se tem instrumentos de gestão. Mas aqui no Estado de
2261 São Paulo estamos um pouco piores que os outros Estados, porque a além da
2262 Lei Complementar, temos um Decreto Estadual mais restritivo ainda. A USP e
2263 uma das nossas coirmãs decidimos não seguir o Decreto Estadual, só uma das
2264 Universidades Estaduais está acompanhando esse Decreto Estadual. Mas
2265 temos que tomar muito cuidado e penso que o Professor Frezatti foi muito feliz,
2266 a legislação é muito complexa e notícias incompletas podem levar a
2267 conclusões precipitadas, mas principalmente, o que mais me preocupa é criar
2268 falsas expectativas. A gestão da Universidade e, principalmente, a
2269 Procuradoria Geral está muito atenta, tanto nos andamentos judiciais, a parte
2270 jurídica, como também nas manifestações dos órgãos de controle; como a
2271 Procuradoria Geral do Estado, com o Tribunal de Contas estão interpretando, e
2272 a decisão, logicamente, vai ter que ser política, mas temos que ter o respaldo
2273 jurídico. Peço desculpas e peço cuidado, porque o emaranhado de leis é muito
2274 complicado, alguns exemplos que estão citados estão amparados em leis
2275 especiais. Nós não temos nenhuma lei especial que nos proteja, é esse o
2276 grande problema. Avançamos alguma coisa? Sim, nós somos a única
2277 Universidade Estadual que mantém um concurso de livre-docência, apesar de
2278 que ainda não conseguimos achar uma maneira legal de retribuir a quem passa

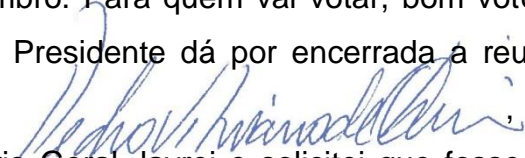
2279 no concurso. Somos a única Universidade Estadual que mantem a progressão
2280 horizontal. Os concursos já concluídos, mas os candidatos não nomeados,
2281 conseguimos viabilizar, eram quase quatro dezenas, mas vamos continuar
2282 procurando soluções. Hoje mesmo, aliás nós trabalhamos no âmbito do
2283 CRUESP. Temos problemas? Temos, porque não são somente contratações,
2284 mas nós temos a questão da progressão horizontal, é uma responsabilidade
2285 que eu e o Hernandes assumimos, por isso que nós não paramos, por isso que
2286 estamos continuando; temos a questão da progressão horizontal, inclusive dos
2287 funcionários, que novamente o DRH está interagindo com Sindicato. O
2288 Sindicato reclamou da avaliação anterior, o DRH já está há algum tempo
2289 interagindo com Sindicato para ver quais são as sugestões que ele vai
2290 apresentar; e temos que continuar procurando respaldo legal. Agora, não
2291 incriminem a Procuradoria Geral, a preocupação deles é com pessoas, serei
2292 obrigado a falar para vocês alguma coisa que eu não gostaria de falar. Hoje
2293 nós temos dezenas, mais do que meia centena de professores aposentados e
2294 seus sucessores, herdeiros, ressarcindo a Universidade por decisões
2295 precipitadas tomadas há 15, 20 anos atrás. Eu não gostaria de deixar um
2296 legado desses para os meus colegas. Então, há luz no fim do túnel? Não sei,
2297 mas já conseguimos algumas coisas, inclusive os nossos avanços, as nossas
2298 coirmãs também vão continuar seguindo, e vice-versa. Mas, por favor, não
2299 quero criar falsas expectativas, não quero deixar, principalmente os nossos
2300 docentes do meio da carreira, supondo alguma coisa. Lógico que, como gestor,
2301 o que o eu e o Hernandes queremos é conseguir algum alívio dessa amarra
2302 que a Lei Complementar 173 fez para gestão. E eu volto a insistir, meus caros
2303 colegas, que isso não é uma restrição financeira, tenho certeza que a COP,
2304 comandada pelo Prof. Fábio Frezatti, se conseguirmos alguns avanços, ela vai
2305 certamente fazer uma revisão e conseguir contemplar. O problema não é
2306 orçamentário, pelo menos para Universidade de São Paulo, o problema é
2307 jurídico e, principalmente, segurança jurídica, para que não nos precipitemos e
2308 não prejudiquemos inclusive os colegas que temporariamente podem ser
2309 beneficiados. Esse é o problema. Vamos continuar lutando, e para isso nós
2310 temos excelentes juristas na Procuradoria Geral e excelentes juristas nas
2311 nossas duas Faculdade de Direito. Por fim, acho que fizeram uma pergunta
2312 sobre o Boat Show. Pessoal, o Centro Esportivo cede os seus espaços

2313 rotineiramente. A própria raia, o ano passado, que era um ano mais normal, foi
2314 ocupada umas dez vezes, inclusive para filmagens. Os recursos não vêm para
2315 a Administração, eles ficam com o próprio Centro Esportivo, e ouvi críticas
2316 dizendo que o Centro Esportivo está totalmente danificado. Por favor, meus
2317 amigos, não vamos nos autoflagelar, nosso Centro Esportivo se não é o
2318 melhor, é um dos melhores Centros Esportivos públicos do nosso país. O
2319 nosso Centro Esportivo como sendo de um *campus* universitário, tirando
2320 alguns dos Estados Unidos, é um dos melhores, não nos envergonha. E nos
2321 Estados Unidos, desculpe, lá é outra visão, por exemplo, no High Street o
2322 Centro Esportivo custa zero para a universidade, ao contrário, graças ao centro
2323 esportivo conseguem de 100 a 150 milhões por ano. Então, é outra visão.
2324 Então, para onde vai o recurso? Vai para o Centro Esportivo. Fazer o quê?
2325 Melhorar a situação, por exemplo, com o Boat Show os remadores vão ter
2326 acesso melhorado, vão ter instalações melhoradas. Eu não sei se o problema
2327 foi alguém que falou “milionários”. Meus amigos, quem usa Raia Olímpica? São
2328 associados dos clubes ricos do nosso município. Às seis da manhã, quando
2329 eles estão treinando, há uma fileira de carros de luxo, parece as lojas da
2330 Avenida Europa. É isso, mas, ao mesmo tempo, temos cerca de 100, 120
2331 alunos nossos que treinam, de forma que nós também aproveitamos, mas a
2332 Raia é isso. Lógico vocês falaram: o evento é muito grande! Desculpe o
2333 *Campus* está com número limitado de alunos e, no evento, que eu saiba, estão
2334 sendo tomadas todas as precauções, a ponto de não ser feito em ambiente
2335 fechado. Eles pediram para usar aqui para poder fazer num ambiente aberto,
2336 de maneira que não há segredo. Sobre transparência, não sei quem falou, mas
2337 dinheiro, mesmo que viesse para a Administração, o dinheiro que entra na USP
2338 é totalmente transparente. Eu lamento porque quem fala em transparência, nas
2339 suas instituições não as têm. Reflitam um pouco sobre isso. Bem meus amigos,
2340 quero agradecer a todos, lamentar mais uma vez que nós não estamos
2341 podendo nos encontrar, nos abraçar, se ver. Agradeço, pois são quase 19h20,
2342 nós começamos com 151 participantes e estamos com 136 ainda. Muito
2343 obrigado, muito obrigado mesmo! Infelizmente, a próxima reunião, por
2344 precaução, faremos também remotamente. Fiz minha despedida, mas esqueci
2345 que ainda temos o item de palavra aos senhores conselheiros.” A seguir, o **M.**
2346 **Reitor** passa a palavra aos Senhores Conselheiros. **Cons.^a Ana Maria**

2347 **Loffredo:** “Me inscrevi para falar especificamente sobre um assunto que já foi
2348 mais que falado, mas a inscrição é para esse assunto: a história do Boat Show.
2349 Ontem, na nossa Congregação não houve tempo hábil para comoções, mas
2350 temos uma aluna que é representante discente, inclusive mora no CRUSP,
2351 então fica mais atingida diretamente por essas questões e, embora não seja
2352 uma moção, tenho certeza que estou falando em nome de muitos colegas do
2353 Instituto de Psicologia, alunos e funcionários. Ficamos bastante chocados, para
2354 falar a verdade, mas também decepcionados, Professor Vahan e Professor
2355 Hernandes, porque o que foi feito pela PM com os alunos ontem, esperávamos
2356 que não fosse mais acontecer. Isso era coisa do passado, mesmo que um
2357 passado recente. Mas, enfim, spray de pimenta, bomba de gás lacrimogênio,
2358 os alunos estavam legitimamente se manifestando, de forma que ficamos
2359 entristecidos, para falar a verdade, porque achamos que não estávamos mais
2360 numa situação como essa. Eu sei que os alunos estão se manifestando nesse
2361 momento, agora há pouco, mas não tive notícia de algo como foi ontem. E em
2362 relação à história dos carrões da Avenida Europa, acho que não é trivial porque
2363 os alunos do CRUSP a gente está acompanhando, até do ponto de vista
2364 psicológico, o senhor sabe a gente está tendo muitas pessoas com
2365 dificuldades. O CRUSP é um lugar bastante complicado, do ponto de vista
2366 psicológico e as pessoas têm reclamado de condições muito precárias, físicas
2367 mesmo, de conforto, de coisas básicas e é chocante, não adianta a gente dizer
2368 que não, está bem na frente deles os carrões, está bem na frente deles o Boat
2369 Show; e além do mais num momento de pandemia, como o Cristiano falou, a
2370 gente leva em conta as condições, faz parte da ciência, não é legal a gente
2371 abrir a Raia, por mais que digam que as pessoas tomam cuidado, não é o
2372 momento para dar acesso à infraestrutura, os alunos estão aí por perto. O
2373 critério é que todos nós estamos com as melhores intenções, a Reitoria, nós
2374 estamos aqui quase até às oito horas da noite, está todo mundo cansado, mas
2375 acho que não pode, não é trivial ter um Boat Show nessas alturas do
2376 campeonato, com carros milionários na frente do CRUSP. O Instituto de
2377 Psicologia está ali do lado, tudo aconteceu na frente do ponto de ônibus, então
2378 não dava para transformar isso em um espaço onde alunos pudessem ser
2379 ouvidos, e ficamos bastante indignados num primeiro momento, mas depois
2380 ficamos entristecidos. Então, essa é a primeira parte da minha fala. A segunda

2381 é mais em função do que aconteceu na parte das diretrizes, porque eu fico de
2382 certa forma um pouco perplexa, Professor Vahan, agradeço a sua fala e
2383 também a do Professor Fábio, que foi super didática, para quem entende todas
2384 essas planilhas é uma aula, mas o Professor Fábio falou a palavra precisamos
2385 dar '*feedback* às pessoas', como uma atitude de respeito ao outro. E o Senhor
2386 falou, Professor Vahan, 'agora, não queremos dar falsas expectativas'.
2387 Juntando falsas expectativas com o *feedback* às pessoas, juntando o que o
2388 André Singer falou depois, é algo assim não me lembro bem as palavras que
2389 ele usou, 'vamos rever esse tal desse plano horizontal, porque ele é uma
2390 espécie de queijo suíço cheio de buracos'. Por mais que tenha gente que goste
2391 de queijo suíço, a ideia que fica é que há buracos, porque as pessoas estão
2392 com desconforto, essa história de ranqueamento é uma coisa horrorosa. Então,
2393 embora eu consiga anteder que parece que a intenção é boa, o Prof. Vahan até
2394 falou: 'a gente não parou a progressão', a ideia está nessa linha 'não queremos
2395 parar, queremos dar *feedback*', mas o fato é que cria uma tensão que acho que
2396 deveria ser repensada. Está todo mundo falando, houve várias falas nesse
2397 sentido aqui, a maioria aprovou esse orçamento, mas essa progressão
2398 horizontal nesse momento, não sei ao encontro do que ela veio. Muita gente,
2399 muita competição, as pessoas estão desconfortáveis, de forma que acho que
2400 deveríamos ser ouvidos, tem tantas falas interessantes, humanitárias,
2401 sensíveis, por que não ouvi-las então? Não está bom, as pessoas estão
2402 chateadas, estão angustiadas, não está descendo bem essa história. Apesar
2403 de que entendo que a Reitoria está querendo pensar em algo positivo, mas não
2404 está positivo. As Unidades não estão vendo bem essa história. Se o dinheiro
2405 vem só em 2022, por que fazer essa progressão agora? Não entendo, sendo
2406 que já foi falado, acho que a primeira fala – não sei se da Raquel ou da Ana
2407 Lanna, uma das duas, não me lembro - quero dizer, não sabemos quando vai
2408 ser, nem como, então por que tudo isso? Acabei minha fala. Era para falar do
2409 Boat Show, mas dei uma geral. Obrigada e boa noite." **M. Reitor:** "Obrigado. É
2410 sempre muito bom vocês darem um *feedback*." **Cons.^a Diana Gonçalves**
2411 **Vidal:** "Boa noite a todos. Também serei breve por causa do adiantado da
2412 hora. Pedi a palavra, primeiro para agradecer, durante esses dois anos de
2413 convivência - fiquei dois anos aqui representando os Institutos Especializados
2414 da Universidade de São Paulo - não sei se todos sabem disso, mas enquanto

2415 as Unidades têm direito a dois representantes, o diretor e mais um
2416 representante das congregações, os Institutos Especializados e Museus
2417 Estatutários têm direito a um representante, de cada, pelo conjunto de todos.
2418 Nós, inclusive, já fizemos uma demanda, aprovada por todos os nossos
2419 Conselhos Deliberativos, tanto dos Institutos Especializados quanto dos
2420 Museus Estatutários, para que ao menos os Diretores tivessem assento no
2421 Conselho Universitário, mas isso ainda está tramitando. Então, enquanto isso
2422 transmite, vamos fazer uma nova eleição e muito possivelmente já na reunião
2423 do dia 15 não estarei presente, pois meu mandato termina no dia 10 de
2424 dezembro. Então, na próxima reunião haverá outro representante dos Institutos
2425 Especializados. Quero novamente agradecer a companhia durante todos os
2426 Conselhos Universitários, a gente aprende muito, foi muito bom ter a
2427 companhia de todos, foi muito bom estar com vocês e desejo que esse
2428 Conselho continue assim, sensato, coerente, aberto ao diálogo e ouvindo todas
2429 as vozes, enfim, acolhendo, ou pelo menos tentando acolher as nossas
2430 manifestações. Obrigada e boa noite a todos.” **M. Reitor:** “Prof.^a Diana, muito
2431 obrigado.” Palmas. “Em meu nome e em nome da USP, quero agradecer a sua
2432 participação no Conselho Universitário e sua dedicação à USP, porque além de
2433 dirigir o nosso Instituto de Estudos Brasileiros, você ainda ajuda muito a gestão
2434 central. Muito obrigado.” **Cons.^a Ianni Regia Scarcelli:** “Serei breve. Antes, só
2435 deixar minha solidariedade aos estudantes que foram agredidos pela PM na
2436 manifestação que era legítima. Mas me inscrevi, também, para deixar
2437 registrado aqui a Moção aprovada pela Congregação do Instituto de Psicologia,
2438 de apoio à Universidade Federal da Paraíba, contra a intervenção do Governo
2439 Federal no processo que foi democraticamente constituído para a escolha do
2440 Reitor. Mas, considerando o adiantado da hora, pergunto se posso colocar
2441 essa Moção aqui no *chat*, porque aí ela pode ser registrada e considerada
2442 como parte do Expediente. Penso que todos já estão muito cansados. ‘Moção
2443 de apoio à UFPB contra intervenção do Governo Federal aprovada pela
2444 Congregação do Instituto de Psicologia da USP em 23/11/2020. A
2445 universidade, para cumprir suas aspirações mais elevadas, não pode jamais
2446 aceitar a força como princípio decisório, nem como fonte da verdade. Em seus
2447 anseios mais profundos, a Filosofia, a Ciência e as Artes são avessas à
2448 reverência torpe e cega aos poderes constituídos. O verdadeiro espírito

2449 acadêmico só pode florescer quando reina a liberdade e o respeito entre iguais.
2450 Por isso, causa repugnância à comunidade acadêmica do Instituto de
2451 Psicologia da USP a tentativa abjeta e covarde por parte do Governo Federal
2452 de intervenção na UFPB, mediante a substituição de um processo decisório
2453 democraticamente constituído pela coletividade da Universidade, pela
2454 nomeação de um candidato amplamente contestado por seus pares, para o
2455 cargo de reitor. Com esta, são 16 intervenções realizadas em universidades e
2456 institutos federais pelo atual governo: uma agressão sem precedentes à
2457 autonomia universitária e à democracia! Que a comunidade da UFPB, cujo
2458 admirável esforço foi coroado por amplo e recente reconhecimento
2459 internacional, fique certa de que conta com colegas do Instituto de Psicologia
2460 da USP a postos para apoiá-la em tudo que for necessário para reverter esta
2461 decisão nefasta.” **M. Reitor:** “Lógico. Encaminhe também para o Professor
2462 Pedro, na Secretaria Geral.” Ato seguinte o **Cons. Reinaldo Santos de Souza**
2463 questiona se ainda pode fazer uso da palavra e o M. Reitor esclarece que as
2464 inscrições já foram encerradas devido o adiantado da hora. **M. Reitor:** “Muito
2465 obrigado pela paciência e pela disposição. Até breve.” O **Cons. Reinaldo**
2466 **Santos de Souza** questiona o M. Reitor se não há nenhuma possibilidade dele
2467 fazer um registro e o M. Reitor solicita que envie por escrito seu registro ao
2468 Secretário Geral. **Cons. Reinaldo Santos de Souza:** “Vou enviar, mas de todo
2469 modo só queria registrar também que é muito importante que a Reitoria receba
2470 os Sindicatos para uma discussão sobre a questão da pandemia e depois envio
2471 por escrito a declaração para entrar na Ata. **M. Reitor:** “Perfeito. Então, boa
2472 noite. Muito obrigado e até dezembro. Para quem vai votar, bom voto.” Nada
2473 mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a reunião, às
2474 19h30. Do que, para constar, eu, , Prof. Dr.
2475 Pedro Vitoriano Oliveira, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada
2476 esta Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à
2477 sessão em que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 24 de
2478 novembro de 2020.